



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD
Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – CESAPE

MARISA REIS GOMES ANDRADE

ARGUMENTAÇÃO E(É) PODER
ESTRATÉGIAS DO DISCURSO NA DISPUTA POLÍTICA

Brasília
2006

MARISA REIS GOMES ANDRADE

ARGUMENTAÇÃO E(É) PODER
ESTRATÉGIAS DO DISCURSO NA DISPUTA POLÍTICA

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de Pós-
Graduação *Lato Sensu* na área de Língua
Portuguesa – Texto e Discurso.

Orientadora: Professora Doutora Maria
Christina Diniz Leal.

Brasília
2006

Ao Vítor, o melhor argumento em favor da minha existência.

AGRADECIMENTOS

Mário, obrigada pelo incentivo moral e prático na hora exata de começar e pelo suporte humano e tecnológico no momento de finalizar. Sua presença é uma chave mestra.

Mãe e Pai, obrigada pelo apoio logístico que me possibilitou conciliar a função materna com as exigências acadêmicas. Obrigada especialmente pelo carinho que dedicaram – e dedicam – ao Vítor e a mim.

Quésia, obrigada pela sugestão de material para este trabalho e pela troca de idéias ao longo do curso. Sou fã da sua perspicácia para as questões lingüísticas e da sua sagacidade argumentativa.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar o funcionamento da argumentação no diálogo político e sua utilização como mecanismo de disputa pelo poder. A pesquisa é fundamentada na concepção de argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), na idéia de função argumentativa da linguagem defendida por Koch (2004) e na Teoria Social do Discurso apresentada por Fairclough (2001). Também orientam o trabalho os conceitos de ideologia de Thompson (1995), de hegemonia de Gramsci (1988) e de poder de Foucault (2004). O *corpus* foi constituído por dois discursos oponentes, um do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, membro e fundador do PT, e outro do Senador do PSDB Arthur Virgílio, e a metodologia utilizada para seu exame foi o arcabouço teórico proposto pela Análise do Discurso Crítica de Chouliaraki e Fairclough (1999). A análise revela que os recursos lingüísticos são empregados e combinados de diferentes formas na elaboração do raciocínio argumentativo e evidencia que existem estruturas argumentativas não explícitas que, aliadas à argumentação nitidamente expressa, constroem imagens e idéias acerca dos personagens e eventos que fazem parte do cenário político intencionalmente escolhidas com o objetivo de persuadir o público e influenciá-lo no processo de escolha que levará um grupo ou outro ao poder.

Palavras-chave:

Argumentação. Análise de discurso crítica. Discurso político. Hegemonia. Ideologia. Poder.

ABSTRACT

The aim of this work is to study the functioning of argumentation in political dialogue and its utilization as a mechanism of dispute for power. The research is based on the conception of argumentation of Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), on the idea of argumentative function of language defended by Koch (2004) and on the Social Theory of Discourse presented by Fairclough (2001). The work is also based on Thompson's concept of ideology (1995), on Gramsci's conception of hegemony (1988) and Foucault's ideas of power (2004). The *corpus* is constituted by two oponent discourses, one pronounced by President of Brazil, Luiz Inácio Lula da Silva, member and founder of PT, and the other, by Senator Athur Virgílio, member of PSDB. The methodology employed for examining it was the framework purposed by the Critical Discourse Analysis of Chouliaraki & Fairclough (1999). The study reveals that the linguistic resources are used and combined in different ways to elaborate argumentative thinking and that there are argumentative structures, not explicit, that, together with the explicit argumentation, built images and ideas about the actors and events which are part of political scene intentionally chosen with the objective of persuade the public and influence it in the process of choice that will lead one group or another to power.

Key-words:

Argumentation. Critical discourse analysis. Hegemony. Ideology. Political discourse. Power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 MARCO TEÓRICO	12
1.1 ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA	13
1.2 IDEOLOGIA	17
1.3 HEGEMONIA	18
1.4 PODER	20
1.5 ARGUMENTAÇÃO	22
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
2.1 O <i>CORPUS</i>	24
2.2 O ARCABOUÇO TEÓRICO DA ADC	25
3 ANÁLISE	31
3.1 ARGUMENTAÇÃO, PODER E SOCIEDADE	31
3.2 CONJUNTURA	31
3.3 A PRÁTICA POLÍTICA	34
3.4 DISCURSOS	35
3.4.1 PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	36
3.4.1.1 Ordem de Discurso	40
3.4.1.2 Eixos de Sentido	41
A) Identidade do Presidente	41
B) Imagem do Governo	51
C) Identidade do Partido dos Trabalhadores	55
D) Abordagem da Crise	56
3.4.1.3 Ideologia, Trabalho, Renda Mínima	60
3.4.2 DISCURSO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO	63
3.4.2.1 Ordem de Discurso	71
3.4.2.2 Eixos de Sentido	72
A) Identidade do Presidente Lula	72
B) Imagem do Governo	86
C) Identidade do Partido dos Trabalhadores	90
D) Papel da Oposição	92
E) Abordagem da Crise	93

F) Identidade do Orador	95
3.5 GOVERNO X OPOSIÇÃO: TÁTICAS DE COMBATE	98
4 CONCLUSÃO: CONSCIÊNCIA É PODER	109
BIBLIOGRAFIA	112

INTRODUÇÃO

Brasil, 2002. Um marco histórico: pela primeira vez no Brasil é eleito um Presidente originário do povo humilde, um político de raízes nordestinas, um retirante, um operário, um torneiro mecânico. Fundador do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva chega à Presidência trazendo consigo uma enorme carga de emoção, de esperança e de confiança do povo brasileiro.

Brasil, 2005. Denúncias de corrupção e de favorecimento dentro do Governo. Suspeitas de existência de caixa dois, de fraudes em licitações e de pagamentos de mesadas a deputados em troca de votos favoráveis às propostas governamentais. Nenhuma novidade no cenário político brasileiro. Uma decepção para os eleitores do Presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores.

Em meio à crise política e ética deflagrada, a oposição cresceu no discurso, sustentada pelas denúncias diárias – embora em nada diferentes das tantas denúncias diárias publicadas nos tempos em que parte da oposição estava no governo – e o embate verbal tornou-se acalorado e também diário.

Uma das esferas do debate oposição/governo é o Congresso Nacional. Exercendo atividade taquigráfica no Senado Federal desde 2001, acompanhei de perto as discussões e a mudança no tom da oposição conforme as denúncias contra o governo iam surgindo, bem como as tentativas de defesa dos partidários da situação, tanto na própria Casa Legislativa quanto na televisão, em pronunciamentos proferidos pelo Presidente Lula. Os discursos geravam respostas que, por sua vez, davam margem a mais discursos da outra parte, produzindo um diálogo político freqüente, intenso e instigante.

Foi percebendo a força de alguns discursos em detrimento de outros, a carga emocional de alguns pronunciamentos em confronto com o caráter essencialmente avaliativo de outros e todo o jogo que representavam as disputas verbais que surgiu a idéia do presente projeto. Por que apelar para a emoção em tal momento, e não para a razão? Por que responder de determinada forma e não de outra? Por que não responder? Quem está ouvindo? Para quem se está falando? Quem faz parte desse diálogo? Qual o objetivo dessa contenda?

Todas essas perguntas levaram ao tema da argumentação. O discurso político é essencialmente argumentativo, pois sua intenção é convencer o ouvinte e, em última instância, persuadir o eleitor ao voto. Interessa para este projeto, portanto, como se dá a argumentação na disputa política, como é construída, como funciona, que efeitos pode gerar, com que objetivos.

E, para além do próprio funcionamento argumentativo do texto dentro da relação dialógica, há ainda uma questão de suma relevância: como toda essa argumentação pode funcionar na sociedade? Que tipo de poder é possível conseguir pelo uso da palavra que é capaz até mesmo de induzir (persuadir) a uma ação (o voto)?

Diante de tais questões, iniciei a elaboração do presente projeto com vistas à investigação do funcionamento argumentativo no diálogo político entre oponentes. Escolhi dois discursos, um proferido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em cadeia de rádio e televisão e um proferido pelo Senador do PSDB Arthur Virgílio no plenário do Senado Federal como representativos desse diálogo.

Nos dois momentos de que fazem parte os textos a serem analisados, a prática discursiva é essencial: na tribuna do Senado Federal e em pronunciamento presidencial em cadeia de rádio e televisão.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar o funcionamento argumentativo dos discursos de governo e de oposição para identificar elementos constitutivos de mecanismos de disputa pelo poder.

Para atingi-lo, foram objetivos específicos:

- Investigar no pronunciamento do Presidente Lula de 12 de agosto de 2005 e no discurso do Senador Arthur Virgílio de 12 de agosto de 2005 os elementos constitutivos de argumentação para distinguir seus possíveis efeitos de sentido.
- Cotejar os elementos argumentativos utilizados nos dois discursos do *corpus* para identificar semelhanças e divergências nos mecanismos e nos possíveis efeitos de sentido dos procedimentos argumentativos utilizados.
- Identificar nos procedimentos argumentativos utilizados o funcionamento dos efeitos de sentido para investigar o uso dos elementos argumentativos como mecanismo de disputa pelo poder.
- Contribuir para provocar nos leitores posicionamento reflexivo e crítico em face dos discursos e pronunciamentos políticos.

Organizei o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, faço um apanhado da teoria que orientou a pesquisa, enfocando a Análise de Discurso Crítica (ADC) e os conceitos sobre ideologia, hegemonia, poder e argumentação. O segundo capítulo trata da metodologia, situando o *corpus* e incluindo o arcabouço teórico da ADC que norteou seu exame. O terceiro capítulo abrange a exposição e contextualização do problema, a análise do *corpus* em função dos objetivos

propostos e a avaliação dos resultados encontrados. No quarto capítulo, apresento as conclusões do trabalho.

Cabe ainda dizer que a argumentação no diálogo político e a disputa pelo poder por meio da argumentação, ainda que tendo como foco dois discursos específicos, localizados e determinados, são aspectos relevantes para desvendar o exercício do poder na sociedade. Assim, justifica-se a escolha do *corpus* e do tema pela relevância do momento político brasileiro atual e pela relevância do próprio estudo acerca do uso e da manutenção do poder e das lutas pelo poder na sociedade. Buscar compreender esse momento pelo exame de um dos aspectos nos quais ele se manifesta, qual seja, o discurso, é tarefa importante para situar-nos como sujeitos ativos e participantes da sociedade em que vivemos, capazes de entender ao menos parte da complexa dinâmica do jogo pelo poder e, assim, mais capazes de exercer nosso papel de cidadãos responsáveis pelo país em que vivemos e pelos políticos a quem investimos de poder pelo processo eleitoral.

1 MARCO TEÓRICO

Esta proposta de estudo da argumentação no diálogo político tem por embasamento a concepção dialógica de linguagem de Bakhtin (1986), a Teoria Social do Discurso de Fairclough (2001) e Chouliaraki e Fairclough (1999) e os estudos sobre argumentação de Koch (2004) e de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

Primeiramente, importa ressaltar a concepção de Bakhtin (1986) de interação dialógica inerente a toda comunicação verbal. O fenômeno social da interação verbal é a própria essência da língua, não existe linguagem sem interação, não existe língua sem diálogo. O diálogo, compreendido num sentido amplo, está dentro da linguagem. Não se pode falar em linguagem sem interação porque toda palavra possui uma carga cultural, extralingüística, que não é estabelecida pelo autor que a utiliza nem pelo texto em que figura, mas fora deles, no contexto e no universo em que nasceu, em que se transformou e em que habita, uma carga criada e recriada ao longo do tempo, impossível de ser reduzida a um sinônimo ou a uma única explicação. Para Bakhtin, a própria linguagem é diálogo.

No contexto deste trabalho, também a própria política é diálogo. A disputa política nas sociedades democráticas pode ser compreendida como ação puramente dialógica, inerentemente interativa, já que é preciso que haja o interlocutor e a audiência a quem convencer e a quem persuadir. Essa audiência pode ser o próprio adversário, nos momentos em que é necessária sua adesão, e pode ser o público eleitor, a quem é preciso seduzir. Ademais, é também necessária a existência do oponente para haver disputa.

Portanto, não existe linguagem sem diálogo, pois é na interação que se constrói a linguagem, e não existe política sem diálogo, já que a própria política é interação. Pode-se mesmo afirmar que o discurso político compreende uma das esferas mais dialógicas da sociedade, ao menos nos governos democráticos.

1.1 ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

Se o tema é discurso e sociedade, é imprescindível sustentar este trabalho na concepção de discurso como prática social de Fairclough (2001).

Antes de discorrer sobre a Teoria Social do Discurso elaborada por Fairclough, é importante fazer um breve retrato do período atual, tal como fazem Chouliaraki e Fairclough (1999: 1-6). Em termos de pensamento histórico, vivemos o que se tem convencido chamar de modernidade tardia. A principal característica da modernidade tardia é a ampliação dos domínios da economia, do mercado, abrangendo as demais áreas da vida. Um dos mais evidentes sintomas disso é o conceito chamado de flexibilização. Estamos numa época de flexibilização generalizada, não só das formas de produção econômica, mas de valores, de crenças, de comportamento. Aliada a isso, temos também a globalização, o fim das fronteiras. Essa ruptura com as formas e conceitos modernos afetou o senso de pertencimento e de identidade, acarretando uma perda de significado (Baudrillard *apud* Chouliaraki; Fairclough, 1999: 3). O discurso assume importante papel nesse novo cenário, conforme demonstram Chouliaraki e Fairclough (1999: 4):

É uma importante característica das mudanças econômicas, sociais e culturais da modernidade tardia que elas existem como discursos tanto como processos exteriores ao discurso e que esses processos extradiscursivos são substantivamente moldados por esses discursos.

Trata-se de evidenciar a importância do discurso para todas as práticas sociais, com o cuidado de não se reduzir as demais práticas sociais ao discurso, e de destacar que o discurso é uma dessas práticas.

A Teoria Social do Discurso parte, pois, da concepção de discurso como prática social. Afirmar que o discurso é prática social implica inserir na produção do discurso todas as variáveis que fazem parte das demais práticas sociais. O trabalho de Chouliaraki e Fairclough (1999) trata o discurso como um dos momentos das práticas sociais. Um momento é constituído por uma diversidade de elementos e de mecanismos configurados conjuntamente numa forma e numa relação específica. De acordo com Harvey (*apud* Chouliaraki; Fairclough, 1999: 6), são seis os momentos da prática social: discurso/linguagem; poder; relações sociais; práticas materiais; instituições/rituais e crenças/valores/desejos.

Chouliaraki e Fairclough (*Idem, ibidem*) também se referem a redes de práticas, constituídas por redes de momentos. O discurso é um dos momentos dentro das práticas. Pela articulação dos diversos momentos das práticas entre si, por intermédio do processo de internalização dos momentos (um momento internalizado influencia a atuação em outro momento diverso, mas um não se reduz ao outro), as práticas também se articulam umas com as outras, e assim articulam-se os mecanismos sociais, configurando a dinâmica das forças sociais.

Saliente-se que os autores referem-se a práticas sociais, explicitando a pluralidade dos conjuntos de eventos e, portanto, de mecanismos (forças atuantes entre os eventos) e de momentos.

É importante destacar que o estudo de Fairclough parte, desde o princípio, de uma concepção tridimensional de discurso, em que o texto está inserido numa prática discursiva, que por sua vez faz parte de uma prática social. Ressalte-

se que, entre os três níveis há comunicação, há relação entre texto e prática discursiva, entre texto e prática social, entre prática discursiva e prática social.

Para o presente trabalho, tal concepção é fundamental, pois permite perceber a dinâmica do jogo político dentro do discurso.

Na prática discursiva, deve ser dada atenção a três momentos discursivos: o da produção, o da distribuição e o do consumo. Ou seja, é preciso analisar o contexto e as formas de construção do discurso, o contexto e as estratégias de divulgação do discurso e o contexto e as formas de recepção. Esse enfoque harmoniza-se com as idéias apresentadas por Thompson (1995: 201):

Se as características dos contextos sociais são constitutivas da produção de formas simbólicas, são, também, constitutivas dos modos pelos quais essas formas são recebidas e entendidas. Tais formas são recebidas por indivíduos que estão situados em contextos sócio-históricos específicos, e as características sociais desses contextos moldam as maneiras pelas quais as formas simbólicas são por eles recebidas, entendidas e valorizadas.

Não existe, pois, produção, distribuição ou consumo, do ponto de vista discursivo, que esteja livre da influência sócio-histórica. Por isso uma análise do discurso que se pretenda crítica deve ir além do texto, além do autor, além do leitor: deve chegar ao contexto, ao que Fairclough chama de conjuntura, deve desvelar os implícitos e as concepções que estão por trás das palavras.

Outro aspecto relevante a ser abordado é que no discurso e pelo discurso são construídas identidades e relações, constituindo a função interpessoal do discurso. Fairclough retoma para a Teoria Social do Discurso as idéias de Foucault acerca das construções das identidades sociais, quando afirma que são os próprios enunciados que dão forma aos sujeitos, isto é, os sujeitos se constroem nos enunciados. Ou seja, o discurso é fundamental na constituição dos sujeitos sociais, pelo discurso são constituídas identidades sociais de relevância para as relações de

poder e de dominação. Isso está inscrito na própria concepção de discurso e nas funções da linguagem descritas pela lingüística sistêmica funcional e apontadas por Chouliaraki e Fairclough (1999: 50) como três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: no âmbito da construção da realidade, abrangendo sistemas de conhecimento e de crenças (função ideacional), no âmbito das identidades sociais e das relações sociais, construindo-as, negociando-as e representando-as (função interpessoal) e na construção do texto (função textual). Nessa concepção de discurso, fica evidente a dinâmica da constituição das identidades e das relações ligada aos mecanismos de construção das hegemonias e às lutas pelo poder, como se verá mais adiante.

Os autores revelam que é possível se verificar na prática discursiva, assim como nas demais práticas sociais, dois aspectos: o da atividade em si mesma e o da reflexividade. A reflexividade é a geração de representações, pelos sujeitos, sobre aquilo que fazem como parte inerente daquilo que fazem, e é característica marcante do período atual, chamado de modernidade tardia, apontada por Giddens (*apud* Chouliaraki; Fairclough, 1999: 26). Mesmo tendo existido sempre, intrínseca a toda e qualquer prática, nunca houve tanta necessidade de reflexão acerca das práticas como contemporaneamente. A reflexividade é elemento de toda e qualquer prática social e, se as práticas dependerem dessas construções reflexivas auto-geradas para sustentar relações de dominações, a reflexividade funciona como ideologia (*Ibidem*: 25-28).

1.2 IDEOLOGIA

A ideologia é concepção essencial de que Fairclough se utiliza para embasar a Teoria Social do Discurso e construir a Análise do Discurso Crítica. As ideologias estão presentes nas práticas discursivas, como significações da realidade, podendo contribuir para a produção, para a reprodução ou para a transformação das relações de dominação. Ou seja, pela ideologia que veicula explícita ou implicitamente, um discurso pode reproduzir, reconfigurar ou contestar uma hegemonia existente.

Ideologia e hegemonia encontram-se ligadas à idéia de dominação, e ambas são concepções relevantes para a Teoria Social do Discurso. Veja-se que, em Thompson (1995:76), “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. O sentido que interessa a Thompson é o das formas simbólicas que circulam no mundo social, imagens, textos, palavras, ou seja, toda forma simbólica que possui construtos significativos reconhecidos pelos sujeitos.

Resumidamente, pode-se dizer que a ideologia, no sentido atribuído por Thompson (1995), atua na esfera do poder na medida em que fornece embasamento ou justificativa para a localização dos indivíduos nos diferentes graus de poder dentro da sociedade, de modo que essa diferença dê margem à dominação dos que estão nos níveis inferiores pelos que estão nos níveis superiores. Thompson também estabelece uma conexão entre o funcionamento da ideologia e a circulação dos sentidos (significados) das formas simbólicas nos meios sociais, alertando para o fato de que o sentido pode servir para sustentar relações de dominações, ou seja, pode estar a serviço da ideologia de inúmeras maneiras,

dentre as quais o autor destaca cinco modos de operações principais: legitimação (representação da relação de dominação como legítima); dissimulação (ocultação, negação ou obscurecimento da relação de dominação); unificação (construção em nível simbólico de uma unidade interligando os indivíduos numa identidade coletiva que camufla ou legitima a hierarquia dos grupos); fragmentação (segmentação dos grupos oponentes aos dominantes) e reificação (apresentação dos processos históricos como naturais, atemporais).

1.3 HEGEMONIA

O conceito de hegemonia, com base em Gramsci, é acolhido por Fairclough por harmonizar-se com sua proposta de Teoria Social do Discurso. A hegemonia tanto explica a dominação como também por que é possível a revolução, a reviravolta nos caminhos que parecem tão bem traçados pela classe dominante. Isso fica claro na conceituação apresentada por Fairclough (2001: 122) a seguir:

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um “equilíbrio instável”.

Para exercer a hegemonia, é preciso uma variável de fatores aos quais a classe hegemônica faz concessões, incluída nesses fatores a própria adesão da classe dominada. Como já foi dito, na concepção da Teoria Social do Discurso, a construção das identidades e das relações está ligada aos mecanismos de construção das hegemonias, com a incorporação das estruturas de poder dentro dos próprios grupos sociais. Essa hegemonia não é permanente nem garantida, no seu interior ocorrem lutas, nas quais se constrói a própria hegemonia, mas que podem

reverter ou modificar a situação hegemônica que se apresenta. A hegemonia revelada por Gramsci é a dominação baseada no consentimento, e não na coerção, por meio da naturalização das práticas sociais, embasada na permanência relativa das articulações dos elementos sociais. É essa relatividade da permanência que abre caminho para as resistências e para as mudanças.

Todas as práticas sociais possuem uma relação dialética com a própria sociedade, moldando o mundo e sendo moldadas por ele, num jogo de forças constante em que predomina a manutenção das hegemonias construídas, mas em que eventualmente vence a mudança.

Na Teoria Social do Discurso não só se considera o discurso como uma prática social, em constante relação com a estrutura social, mas também que essa relação é dialética, ou seja, tanto o discurso é moldado e restringido pela estrutura social quanto ele contribui para a constituição da estrutura social. Essa concepção não considera o discurso como mera representação de mundo, mas como uma significação do mundo, constituinte desse mundo e constituído por ele. Veja-se que Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam que as práticas mantêm uma relação dialética com as estruturas, pois em parte elas sustentam as configurações sociais existentes, carregando uma noção de permanência, e em parte as transformam, trazendo uma noção de revolução.

Percebe-se que, pela Teoria Social do Discurso, estão em jogo disputas pelo poder em todos os domínios sociais, incluindo o do discurso. Logo, a disputa pelo poder é elemento constituinte do discurso.

1.4 PODER

Não se pode falar em disputa pelo poder sem abordar o próprio conceito de poder. Fairclough (2001) lembra que, para Foucault, o poder está implícito nas práticas sociais cotidianas, portanto, o poder está presente em todos os níveis de todos os domínios da vida social. Em sintonia com o conceito de hegemonia de Gramsci, não se trata de fazer uma população ser submetida à força ao poder dos que dominam. Na modernidade, o poder é uma ação exercida além da repressão. Foucault (2005: 08) se refere a uma “rede produtiva” de poder:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Ou seja, o poder é exercido de forma dissimulada, dentro do próprio grupo social, tendo sua estrutura e dinâmica incorporadas pelas próprias práticas sociais, inclusive o discurso – e observe-se aí a importância da formação das identidades dos sujeitos dentro do discurso.

Fundamental ao tratar de discurso é o que aponta Foucault sobre o conceito de verdade e seu funcionamento em conexão com o poder, onde a verdade é um conjunto de procedimentos que produz, reparte, faz circular e funcionar os enunciados e onde há um “regime de verdade”, que é a ligação circular da verdade com sistemas de poder produzindo-a e apoiando-a, ao mesmo tempo em que a verdade também está ligada a efeitos de poder por ela induzidos e que ela reproduz. Foucault defende que há uma política geral de verdade que acolhe tipos de discurso que faz funcionar como verdadeiros, determinando os enunciados que são

verdadeiros e aqueles que são falsos. Isso ocorre em todas as instâncias, especialmente na produção do conhecimento científico.

Poder e conhecimento, portanto, estão fortemente ligados na sociedade moderna. Nas palavras de Fairclough, discorrendo sobre a teoria de Foucault (2001: 75-76):

[...] por um lado, as técnicas de poder são desenvolvidas na base do conhecimento que é gerado, por exemplo, nas ciências sociais; por outro lado, as técnicas são muito relacionadas ao exercício de poder no processo de aquisição de conhecimento.

Tanto no processo de gerar conhecimento quanto no de distribuir conhecimento, os enunciados tanto são considerados verdadeiros ou falsos por meio de técnicas de poder que fazem com que assim sejam vistos, quanto o fato de serem assim considerados perpetua o exercício do poder naquela direção, numa relação de dupla mão. Isso dá ao discurso um papel bastante relevante nas relações de poder, conforme demonstra Foucault (2005: 179):

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

Se os discursos de verdade, como diz Foucault, atuam no sentido de que enunciados sejam tidos como verdadeiros ou falsos, eles são cruciais para a sustentação e/ou para a tomada do poder, e isso coloca o discurso num nível fundamental nos jogos de disputa pelo poder.

Fairclough (2001: 94) dá ênfase especial ao discurso como modo de prática política e ideológica:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

1.5 ARGUMENTAÇÃO

O conceito de argumentação adotado neste trabalho fundamenta-se nas idéias de Koch (2004) e de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), que desvinculam a argumentatividade da tradição da lógica formal cartesiana (baseada na demonstração e prova), inscrevendo-a no âmbito da retórica, tendo em vista não a comprovação na esfera da evidência, mas a convicção no campo “do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996: 03). Em vista disso, estudar a argumentação é, fundamentalmente, analisar como os elementos constituintes do texto formam os sentidos que o orador está produzindo.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) salientam que a argumentação é um ato que visa à adesão dos espíritos. Para que esse ato possa ter lugar, é necessário haver um acordo entre o orador e o auditório sobre premissas básicas, especialmente, é preciso que o auditório aceite o orador como tal e que o orador aceite o auditório como tal, condição sem a qual o processo argumentativo não se estabelece. E enfatizam que toda argumentação se constrói em função do auditório ao qual se dirige. Os autores definem auditório como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (*Ibidem*: 22).

Tendo em mente que o objeto deste trabalho foram dois discursos políticos, e a intenção dos pronunciamentos políticos, em última instância, concretiza-se no voto, convém ainda ressaltar as seguintes palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996: 50):

O objetivo de toda argumentação, como dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie

nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

É relevante também destacar que o posicionamento sustentado por Koch de que a argumentação é ação central do ato lingüístico coincide, em parte, com o que é defendido por Fairclough, como se pode ver na seguinte afirmação de Koch (2004: 17):

[...] o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo.

Koch (*Idem, ibidem*) ainda faz aproximações com o conceito de Bakhtin, estendendo-o ao processo argumentativo: “A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”.

São diversos os recursos lingüísticos catalogados por Koch, constituintes da retórica integrada (presentes no nível de constituição de sentido) ou da retórica aplicada (de segundo nível) que foram utilizados neste estudo. O quadro com o sumário dessas categorias analíticas será apresentado na seção referente aos procedimentos metodológicos.

São, portanto, esses os marcos teóricos sobre os quais se apoiou a pesquisa realizada.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 O *CORPUS*

O *corpus* foi constituído por dois discursos políticos:

- a) Discurso proferido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 12 de agosto de 2005 em cadeia nacional de rádio e televisão, constante da página 36.
- b) Discurso proferido pelo Senador Líder do PSDB Arthur Virgílio da tribuna do Senado Federal em 12 de agosto de 2005, constante da página 63.

O pronunciamento do Presidente pode ser entendido como uma resposta às acusações sofridas pelo seu governo. Foi o primeiro pronunciamento proferido depois de quatro meses, anunciado antecipadamente, aguardado com expectativa e recebido negativamente pela opinião pública, conforme se constatou de diversos artigos jornalísticos publicados à época.

O discurso do Senador é uma resposta ao discurso presidencial acima referido. O Senador Arthur Virgílio é o Líder do PSDB no Senado Federal e é o parlamentar da oposição mais combativo naquela casa. Por ser uma referência ao se falar em oposição, apresentando e muitas vezes expandindo as idéias dos discursos de outros Senadores que estão do lado oposto ao governo, optei por um de seus veementes pronunciamentos para efetuar a análise pretendida.

2.2 O ARCABOUÇO TEÓRICO DA ADC

A metodologia para a análise dos dados teve por base o arcabouço teórico da Análise de Discurso Crítica (ADC) proposto por Chouliaraki e Fairclough. Esse arcabouço está fundamentado na afirmativa dos autores de que, na modernidade tardia, todos os eventos podem ser vistos e descritos da perspectiva do discurso, ainda que sejam processos exteriores aos discursos, pois ainda assim são processos que moldam e/ou são moldados por práticas discursivas. Trata-se de uma teia de relações na qual o discurso tem papel preponderante, uma vez que o discurso é profundamente imbricado no social.

O arcabouço para a metodologia de trabalho da ADC, portanto, constitui-se dos seguintes passos:

- 1) Identificação do problema (o tema).

Trata-se da percepção de um problema relativo ao discurso na sociedade, que pode ser tanto na própria atividade da prática social (envolvendo as funções ideacional, interpessoal e textual do discurso) quanto na construção reflexiva da prática (envolvendo aspectos ideacionais, pois dizem respeito a problemas de representação e compreensão).

O problema presente refere-se a um aspecto da atividade discursiva, ou seja, refere-se a como é construída a argumentatividade dos discursos políticos com vistas a vencer a disputa pelo poder.

- 2) Obstáculos ao enfrentamento do problema:

- a) Análise da conjuntura.

Chouliaraki e Fairclough (1999: 22) definem conjuntura como uma reunião relativamente duradoura de pessoas, materiais, tecnologias e outras práticas relativamente permanentes ao redor de projetos sociais específicos, atravessando diversas instituições ao mesmo tempo em que as reúne.

No caso presente, a conjuntura engloba o Partido dos Trabalhadores no PT, sofrendo acusações de corrupção, num momento de economia estável, com políticas sociais incipientes e pouco visíveis.

b) Análise da prática da qual o discurso é um momento:

- i. prática(s) relevante(s)?
- ii. relação do discurso com outros momentos?
 - discurso como parte da atividade
 - discurso e reflexividade

Neste ponto enfoca-se a prática à qual pertence o discurso em tela e a relevância do discurso nessa prática, assim como sua relação com os outros momentos da prática, tendo em vista o papel do discurso tanto como elemento da atividade em si quanto como constituinte dos aspectos reflexivos da prática em questão.

São duas as práticas de que este trabalho trata: o discurso presidencial em cadeia nacional de rádio e televisão e o discurso parlamentar na tribuna do Senado Federal.

Ambas são práticas relevantes do ponto de vista da vida nacional, nas quais o discurso é momento essencial (figurando até mesmo na nomenclatura das práticas), relacionando-se com a materialidade de sua configuração, o poder de ter

acesso à tribuna e às emissoras de rádio e televisão, o relacionamento com os ouvintes, a veiculação de idéias, concepções, crenças e valores, o poder da instituição que representam, entre outros.

A reflexividade é inerente a qualquer prática, e, no caso presente, a observação aponta para a concepção do direito de falar, do direito de se expressar e, mais do que isso, do poder para tal ato.

c) Análise do discurso:

- i. análise estrutural: ordem de discurso
- ii. análise interacional
 - análise interdiscursiva
 - análise lingüística e semiótica

Entra neste momento o conceito de ordem de discurso, elaborado por Foucault e aproveitado por Fairclough na ADC, como “um conjunto ordenado de estratégias discursivas, associadas a um domínio ou instituição particulares” (Pedro, 1997: 36).

Na ordem de discurso de que trata o trabalho está o discurso político, sendo que o discurso parlamentar na tribuna e o discurso presidencial em cadeia nacional têm estruturas específicas: no primeiro caso, dirige-se à população como se de um palanque, ainda que sem o retorno imediato da audiência televisiva, mas com o retorno da audiência parlamentar, abrindo-se para o diálogo em tempo real com oponentes ou apoiadores se assim o desejarem; no segundo caso, trata-se de um monólogo, em que se apresentam posições sem questionamentos e sem o retorno da audiência, que é exclusivamente de longa distância, mediada pela televisão e pelo rádio.

A análise interacional abrange tanto o exame da dinâmica interdiscursiva, isto é, como diferentes tipos de discurso são combinados nos discursos sob análise, além do estudo sobre a utilização e o funcionamento do hibridismo (associação também de gêneros e vozes), apontado por Chouliaraki e Fairclough (1999: 59) como “uma irredutível característica do complexo discurso moderno”, que se estrutura em uma rede de ordens de discurso, como a análise do discurso em nível micro, ou seja, a análise lingüística e semiótica.

Quanto à categoria de análise lingüística e semiótica, foi investigada a construção da argumentação dos textos em tela, utilizando-se, no que se mostrou relevante, o seguinte quadro-base proposto por Koch (2004: 164):

1. Recursos argumentativos presentes no nível lingüístico fundamental

(constitutivos do sentido) – **retórica integrada:**

1.1 Tempos Verbais { “mundo comentado”
“mundo narrado”

1.2 Advérbios e expressões atitudinais

1.3 Índices de avaliação

1.4 Indicadores ilocucionários

1.5 Indicadores modais (de modalidade): verbos, advérbios, expressões, torneios sintáticos etc.

1.6 Pressuposições

1.7 Operadores argumentativos

1.8 Índices de polifonia

2. Recursos retóricos ou estilísticos de segundo nível – retórica aplicada

(“acrescentada”):

2.1 Ironia e metalogismos em geral

2.2 Seleção lexical: oposições, jogos de palavras, metáforas, reiteraões etc.

2.3 Inter-relacionamento de campos lexicais

2.4 Argumentos de autoridade (raciocínio por autoridade)

2.5 Questões retóricas

2.6 Exclamações retóricas

2.7 Comparações

2.8 Uso retórico da pressuposição

2.9 Apresentação de explicitações ou argumentos que se pretende ressaltar ou sobre os quais se deseja chamar a atenção, sob forma de termos ou orações intercaladas ou acessórias do ponto de vista gramatical

2.10 Paralelismo sintático e rítmico (similicadência).

Também foram utilizados para a análise dos recursos argumentativos alguns itens apresentados por Fairclough (2001: 103): vocabulário, gramática (entendida como a combinação das palavras em orações e frases), estrutura textual, força dos enunciados e intertextualidade.

Eventuais elementos de estilística não contemplados pelas categorias apresentadas foram examinados, como recursos de estilo de relevância para o funcionamento argumentativo dos textos, abordados por Martins (2000), tais como tonalidades emotivas das palavras e expressividade da estrutura da frase.

3) Reflexões sobre a análise efetuada.

Tratando-se de uma Análise de Discurso Crítica, a própria análise não pode ser isenta de exame, necessitando passar pela reflexão acerca de suas limitações e de suas contribuições para a dinâmica social.

3 ANÁLISE

3.1 ARGUMENTAÇÃO, PODER E SOCIEDADE

O problema de que trata este trabalho é o funcionamento da argumentação nos discursos políticos e seus efeitos dentro do jogo de poder. A argumentação em si mesma não se constitui problema, mas o uso que dela é feito sim, na medida em que esse uso não é explícito. Isto é, o problema da argumentação no jogo de poder é que o uso das estratégias lingüísticas como recursos argumentativos não é óbvio para o público, e esse mesmo público é levado, inclusive pela argumentação – mas não só por ela – a exercer o ato de votar em um candidato, ou seja, de instituir poder a um determinado grupo ou partido que, posteriormente, terá participação fundamental na sua vida, tomando decisões sobre as políticas que serão estabelecidas quanto à saúde, educação, habitação, legislação, enfim, quanto à vida social amplamente considerada, que afeta a todos nós, cidadãos.

3.2 CONJUNTURA

Os dois discursos em tela foram pronunciados no dia 12 de agosto de 2005, isto é, não há variações no contexto específico dos pronunciamentos.

O cenário político era desfavorável ao governo: as primeiras denúncias de corrupção, envolvendo um assessor da Casa Civil acusado de pedir dinheiro a

empresários do jogo do bingo para campanha eleitoral, foram seguidas de outras, envolvendo caixa dois com apoio de empresas de publicidade, com suspeita do uso da máquina estatal como fiadora de empréstimos, também com objetivo de pagamento de campanhas eleitorais.

Na esfera social, os programas implantados pelo Governo Lula não vinham tendo o impacto esperado e estavam sendo criticados pela burocracia que emperrava seu funcionamento, especialmente o programa Primeiro Emprego. O Bolsa Família era o único que estava tendo melhor desempenho, mas também vinha sofrendo acusações de irregularidades.

O cenário econômico era favorável ao governo em alguns aspectos: dólar estável, inflação sob controle. O Ministro Antonio Palocci gozava de credibilidade junto ao mercado e ainda não havia sido comprovada sua ligação com as denúncias de corrupção veiculadas pela mídia. Havia insatisfação com a política de juros altos, tanto fora quanto dentro do Partido dos Trabalhadores, o que gerava brigas internas e desentendimentos públicos entre grandes nomes do PT, como o ex-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o próprio Ministro da Economia.

O Presidente também sofria críticas pela política externa, acusado de fazer viagens em excesso, de usar palavras com demagogia, de efetuar acordos que não tinham resultado benéfico para o Brasil e de perdoar dívidas de países mais pobres, numa situação vista, por muitos adversários, como inadmissível, considerando a situação social interna do país.

Do ponto de vista político, é preciso que se faça um destaque: pela primeira vez havia um partido oriundo da classe economicamente não-dominante no poder. A importância desse fato não pode ser descartada, sob pena de se perder de

vista a possível e provável avidez com que alguns grupos, subitamente despojados do poder, desejavam recuperá-lo.

A ascensão do PT ao poder representou uma quebra na hegemonia de um grupo político que há centenas de anos se reproduzia, com ligeiras alterações, mas sempre advindo das classes mais abastadas, sempre intelectualmente bem formado. A característica da falta de instrução formal, seja boa ou má, é uma distinção bastante importante a ser levada em conta, pois corresponde à ascensão ao mais alto posto político do país de um representante de parcela da população que é significativa, a parcela menos instruída, que pratica o trabalho físico, objeto de desvalorização e de preconceito nas sociedades ocidentais contemporâneas.

É igualmente fundamental observar que a classe dominante economicamente, a elite financeira, tem provado possuir meios de construir alianças com a classe dominante politicamente, e, assim, seja qual for o grupo político que esteja no poder, o mesmo grupo econômico continua hegemônico. A diferença deveria estar nos aspectos sociais, pela modificação de condições de grupos que nunca antes estiveram no poder. Isso não tem sido verificado, e várias são as hipóteses que procuram esclarecer que mecanismos estão impedindo a construção de uma realidade social que seria esperada do Partido dos Trabalhadores, incluindo as que apontam o envolvimento do partido com a corrupção e o desvirtuamento de suas idéias originais.

Outro destaque a fazer é quanto ao impacto do pronunciamento do Presidente da República na mídia. O discurso do Presidente Lula foi mal recebido pela imprensa, tendo sido considerado fraco e píffio em todas as reportagens encontradas. A nosso ver, a razão para isso reside na contradição que se criou dentro do próprio discurso, que será mais bem examinada na análise dos dados,

advinda do fato de não ter sido um discurso dirigido ao povo, mas dirigido aos ministros e aberto ao público. Qual era, afinal, o foco de suas palavras? Essa indefinição prejudicou a construção forte da identidade do Presidente Lula e, mais do que isso, deixou transparecer uma imagem dúbia, insegura e incerta, que foi percebida pelos espectadores.

3.3 A PRÁTICA POLÍTICA

Como se define a prática política? Cabem aqui as palavras de Charaudeau (2006: 17):

É a ação política que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum. Ao mesmo tempo, é ela que permite que uma comunidade tome decisões coletivas, uma vez que seria movida por um “querer viver junto” (Arendt).

Ou seja, no plano ideal, a prática política coordena a coletividade para que todos possamos viver em comunidade da melhor forma possível.

E podemos concluir, com menos pureza, com Foucault (2005: 176): “A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra”. O que significa que, num modelo de mundo em que preferimos (aparentemente) dialogar (travar batalhas verbais) ao invés de nos matarmos e fazer prisioneiros (travar sangrentas batalhas físicas, de vida e morte), a política é a forma pela qual se administram os desequilíbrios, os conflitos estruturais, os antagonismos sociais, as relações de forças, as lutas de classe, procurando estabelecer consenso, mas, sempre, fazendo pender o equilíbrio para um dos lados da balança, privilegiando uma das classes antagônicas.

3.4 DISCURSOS

De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), é preciso que se investigue a relevância do discurso na prática social em questão (a política), considerando que o discurso é um momento dentre os vários momentos que constituem a prática de que se trata.

O discurso tem lugar importante na prática política não só porque é instrumento de conquista de adesão, mas porque é um campo, o do “debate de idéias”, capaz de conferir legitimidade ao espaço do “fazer político”, como aponta Charaudeau (2006: 23):

O primeiro é o lugar de uma luta discursiva na qual muitos golpes são permitidos (manipulação, proselitismo, ameaças/promessas etc.), estando em jogo a conquista de uma *legitimidade* por meio da construção de opiniões; o segundo é o lugar onde se exerce o poder de agir entre uma instância política que se diz soberana e uma instância cidadã, sendo o desafio o exercício de uma *autoridade* mediante uma dominação feita de regulamentação e de sanção. [grifos do autor].

Neste tópico, será realizada a análise crítica dos discursos proferidos pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Senador do PSDB pelo estado do Amazonas Arthur Virgílio.

Iniciaremos pelo pronunciamento do Presidente Lula, o primeiro em ordem cronológica, em seguida será feita a análise do discurso do Senador.

Para analisar os recursos lingüísticos, optou-se por selecionar os principais eixos de sentido trazidos pelos discursos, em torno dos quais se organizam as idéias veiculadas pelos oradores, e verificar em cada um deles como os elementos se articulam para construir a argumentação pretendida.

3.4.1 PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA ¹

(01) Meus amigos, minhas amigas.

(02) Boa tarde.

(03) Meu querido companheiro José Alencar, Vice-Presidente da República
(04)e Ministro da Defesa, minhas companheiras Ministras e Ministros, que participam
(05)desta reunião.

(06) Fiz questão de que as minhas palavras neste encontro de trabalho
(07)fossem abertas à população brasileira. Temos assuntos importantes a discutir
(08)que dizem respeito a toda a sociedade. Mas, antes de mais nada, quero saudar em
(09)especial os novos Ministros que vêm reforçar a nossa capacidade de ação nesta
(10)segunda metade do meu mandato. Vocês estão entrando num governo que,
(11)apesar de todas as dificuldades, fez o Brasil retomar o caminho do progresso e
(12)da justiça social.

(13) Voltamos a crescer, mas desta vez de maneira sustentável, com a
(14)inflação baixa e, o que é mais importante, gerando milhões de empregos no
(15)campo e nas cidades. Tenho certeza de que o povo sente a diferença, o país
(16)está mudando para melhor.

(17) A inflação é a menor dos últimos cinco anos, a produção industrial
(18)registra aumentos sucessivos. Na balança comercial as exportações ultrapassam
(19)a casa dos 110 bilhões de dólares nos últimos doze meses. É o melhor resultado
(20)da nossa história.

(21) Mas o que mais me orgulha, pela minha história e pelo compromisso
(22)que tenho com a gente humilde da nossa terra, é a forte retomada da oferta de

¹ Pronunciado em cadeia de rádio e televisão no dia 12 de agosto de 2005.

(23)trabalho. Em 30 meses já criamos 3 milhões, 135 mil novos empregos com
(24)carteira assinada. Isso significa 104 mil novas vagas formais por mês, 12 vezes
(25)mais que a média dos anos 90, sem falar nos postos de trabalho no mercado
(26)informal e na agricultura familiar.

(27) Criamos um ambiente favorável para a volta dos investimentos.
(28)Projetos no valor de mais de 20 bilhões de dólares já estão programados para
(29)entrar em operação na nossa economia.

(30) Novas frentes de expansão em energia elétrica, transportes, novas
(31)fábricas e construções fizeram a produção de bens de capital crescer 10% nos
(32)últimos dois meses. Na área social, 7 milhões e 500 mil famílias de brasileiros
(33)mais humildes têm garantido o acesso a uma renda mínima através do programa
(34)Bolsa Família. Até o final do ano, 8 milhões e 700 mil lares serão beneficiados
(35)pelo programa.

(36) Uma revolução está em marcha no mercado de consumo popular no
(37)nosso país. Expandimos o crédito com desconto em folha e muitos trabalhadores
(38)puderam pagar as suas dívidas e comprar uma geladeira, um fogão ou outro
(39)bem desejado por suas famílias.

(40) Por isso, as vendas nesse setor cresceram 21% no segundo trimestre,
(41)comparado ao mesmo período de 2004. Este país não pode parar. Tenho
(42)certeza de que este é o desejo da sociedade brasileira.

(43) Companheiros, Ministros e Ministras, estou consciente da gravidade da
(44)crise política. Ela compromete todo o sistema partidário brasileiro. Em 1980, no
(45)início da redemocratização, decidi criar um partido novo que viesse para mudar

(46) as práticas políticas, moralizá-las e tornar cada vez mais limpa a disputa eleitoral
(47) no nosso país.

(48) Ajudei a criar esse partido e, vocês sabem, perdi três eleições
(49) presidenciais e ganhei a quarta, mantendo-me sempre fiel a esses ideais, tão fiel
(50) quanto sou hoje. Quero dizer a vocês, com toda a franqueza: eu me sinto traído.
(51) Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou
(52) indignado pelas revelações que aparecem a cada dia e que chocam o país. O
(53) PT foi criado justamente para fortalecer a ética na política e lutar ao lado do
(54) povo pobre e das camadas médias do nosso país. Eu não mudei e, tenho
(55) certeza, a mesma indignação que sinto é compartilhada pela grande maioria de
(56) todos aqueles que nos acompanharam nessa trajetória.

(57) Mas não é só. Esta é a indignação que qualquer cidadão honesto deve
(58) estar sentindo hoje diante da grave crise política. Se estivesse ao meu alcance,
(59) já teria identificado e punido exemplarmente os responsáveis por esta situação.
(60) Por ser o primeiro mandatário da nação, tenho o dever de zelar pelo estado de
(61) direito. O Brasil tem instituições democráticas sólidas. O Congresso está
(62) cumprindo com a sua parte, o Judiciário está cumprindo com a parte dele. Meu
(63) governo, com as ações da Polícia Federal, está investigando a fundo todas as
(64) denúncias. Determinei, desde o início, que ninguém fosse poupado, pertença ao
(65) meu partido ou não, seja aliado ou da oposição. Grande parte do que foi
(66) descoberto até agora veio das investigações da Polícia Federal.

(67) E vamos continuar assim até o fim, até que todos os culpados sejam
(68) responsabilizados e entregues à Justiça. Mesmo sem prejudicá-los, afastei
(69) imediatamente os que foram mencionados em possível desvio de conduta para
(70) facilitar todas as investigações. Mas isso só não basta. O Brasil precisa corrigir

(71)as distorções do seu sistema partidário eleitoral, fazendo urgentemente a tão
(72)sonhada reforma política. É necessário punir corruptos e corruptores, mas
(73)também tomar medidas drásticas para evitar que essa situação continue a se
(74)repetir no futuro.

(75) Quero dizer aos Ministros que é obrigação do governo, da oposição, dos
(76)empresários, dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira não permitir que
(77)esta crise política possa trazer problema para a economia brasileira, para o
(78)crescimento deste país, para a geração de empregos e para a continuidade dos
(79)programas sociais. Temos que arregaçar as mangas e redobrar esforços. Peço
(80)que aumentem, ainda mais, a sua dedicação. Se atualmente vocês, Ministros e
(81)Ministras, trabalham até 11h da noite, trabalhem um pouco mais, até meia-noite,
(82)uma hora da manhã, porque nós sabemos que muito já fizemos, mas muito mais
(83)temos que fazer porque o Brasil precisa de nós.

(84) Queria, neste final, dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma
(85)vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT
(86)tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas,
(87)porque o povo brasileiro, que tem esperança, que acredita no Brasil e que sonha
(88)com um Brasil com economia forte, com crescimento econômico e distribuição
(89)de renda, não pode, em momento algum, estar satisfeito com a situação que o
(90)nosso país está vivendo.

(91) Quero dizer a vocês: não percam a esperança. Eu sei que vocês estão
(92)indignados e eu, certamente, estou tão ou mais indignado do que qualquer
(93)brasileiro. E nós iremos conseguir fazer com que o Brasil consiga continuar
(94)andando para frente, marchando para o desenvolvimento, para o crescimento da

(95) riqueza e para a distribuição de renda. E eu tenho certeza que posso contar com

(96) o povo brasileiro.

(97) Muito obrigado.

3.4.1.1 Ordem de discurso

Quanto à ordem de discurso, o texto em questão remete à ordem de discurso político, sendo marcadamente do gênero da persuasão e do gênero da justificação. Leva-se em conta a conceituação de Marcuschi (2002: 43), em que

[...] os gêneros textuais não se caracterizam como formas estruturais estáticas e definidas de uma vez por todas. Bakhtin (1997) dizia que os gêneros eram tipos “relativamente estáveis” de enunciados elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana. São muito mais famílias de textos com uma série de semelhanças. Eles são eventos lingüísticos, mas não se definem por características lingüísticas: caracterizam-se, como já dissemos, enquanto atividades sócio-discursivas.

Um aspecto relevante a ponderar é que o texto não é diretamente dirigido ao povo brasileiro, e sim um pronunciamento de abertura de uma reunião ministerial aberto ao público. Trata-se, portanto de um discurso da ordem de discurso político – fato incontestável – mascarada de outra ordem: a de discurso administrativo.

São dois os momentos em que se pode vislumbrar essa ordem de discurso administrativo. No quarto parágrafo o Presidente cumprimenta os ministros que estão entrando no governo naquele momento:

- (1) Fiz questão de que as minhas palavras neste encontro de trabalho fossem abertas à população brasileira. Temos assuntos importantes a discutir que dizem respeito a toda a sociedade. Mas, antes de mais nada, quero saudar em especial os novos Ministros que vêm reforçar a nossa capacidade de ação nesta segunda metade do meu mandato. Vocês estão entrando num governo que, apesar de todas as dificuldades, fez o Brasil retomar o caminho do progresso e da justiça social. (L. 6 a 12).

Nas linhas 75 a 83, o Presidente, por intermédio de frases dirigidas aos ministros, adverte a todos que a crise política não deve atrapalhar a economia e faz propaganda do horário de trabalho de seu quadro ministerial, liderando sua equipe no sentido de envidar mais esforços em prol do Brasil:

- (2) Quero dizer aos Ministros que é obrigação do governo, da oposição, dos empresários, dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira não permitir que esta crise política possa trazer problema para a economia brasileira, para o crescimento deste país, para a geração de empregos e para a continuidade dos programas sociais. Temos que arregaçar as mangas e redobrar esforços. Peço que aumentem, ainda mais, a sua dedicação. Se atualmente vocês, Ministros e Ministras, trabalham até 11h da noite, trabalhem um pouco mais, até meia-noite, uma hora da manhã, porque nós sabemos que muito já fizemos, mas muito mais temos que fazer porque o Brasil precisa de nós.

Não obstante serem dirigidos diretamente aos ministros, possuem como efeito preponderante levar ao público mensagens de persuasão, e não transmitir comunicados ao grupo ali presente, como será verificado na análise lingüística.

3.4.1.2 Eixos de Sentido

A argumentação construída no pronunciamento do Presidente Lula se estabelece em função de quatro eixos de sentido: Identidade do Presidente, Imagem do Governo, Identidade do Partido dos Trabalhadores e Abordagem da Crise.

A) Identidade do Presidente

A questão da identidade está relacionada à função identitária do discurso, ou seja, aos modos como as identidades sociais, tanto do orador quanto de seu

público, são não só representadas no discurso, mas também estabelecidas pelo discurso.

Mais especificamente, a construção da identidade como estratégia do discurso político é discutida por Charaudeau (2006: 137), apontando que

Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o *si* procura endossar essa imagem ideal; o *outro* se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. [grifo do autor].

Charaudeau também ressalta que a imagem do sujeito é constituída por dois processos. O primeiro é uma imagem pré-existente, atribuída anteriormente ao sujeito que fala. É essa imagem que dá a Lula, por exemplo, a legitimidade de Presidente para falar naquele instante, em cadeia nacional de rádio e televisão, e que faz com que o público deixe de se dedicar à atividade que estiver fazendo para assistir à sua fala. O segundo processo está relacionado à identidade discursiva que se constrói no próprio momento da situação comunicativa, ou seja, no momento mesmo do discurso, do pronunciamento que é proferido. Desse duplo processo resulta tanto o sentido do que é dito pelo orador quanto a identidade do orador (Cf. Charaudeau, 2006: 115).

Charaudeau destaca duas categorias fundamentais de *ethos* sem as quais o discurso político perde em força e em capacidade de conquistar adesão do público: o *ethos* de credibilidade, fundado no discurso da razão, e o *ethos* de identificação, fundado no discurso do afeto. O autor (2006: 118) assevera que não é possível separar as idéias da pessoa do político:

É preciso que este seja, ao mesmo tempo, crível e suporte da identificação à sua pessoa. Crível porque não há político sem que se possa crer em seu poder de fazer; suporte de identificação porque para aderir às suas idéias é preciso aderir à sua pessoa.

Quanto à credibilidade, Charaudeau aponta que há três *ethos* que contribuem para sua construção: “sério”, “virtuoso” e “competente”. Veremos que essas três imagens, o Presidente Lula procura fortalecer ao longo de todo o seu pronunciamento.

Dentro dos tipos de identidade que constituem o *ethos* de identificação que são apontados por Charaudeau (2006), o Presidente Lula faz uso de três deles, não apenas em seu discurso, mas em vários momentos da sua vida política: o *ethos* de “caráter”, na figura de moderação, “atitude de intermediação entre as partes em conflito” (*Ibidem*: 144); o *ethos* de “humanidade”, que envolve tanto a demonstração de sentimentos e compaixão quanto a própria confissão de suas fraquezas (*Ibidem*: 148) e o *ethos* de “solidariedade”, do político que partilha das necessidades do povo, que está junto com o povo (*Ibidem*: 163).

Nesse aspecto, o discurso procura trabalhar, em alguns momentos, na linha da aproximação carinhosa com o público, como é espontaneamente praticado pelo Presidente Lula – e a força maior de seus discursos de improviso está no *ethos* de identificação. No entanto, o fato de o texto ter sido previamente escrito acabou por revelar uma incoerência: o tom do discurso é hierarquicamente marcado, pois o Presidente dirige-se a seus ministros e permite que a população o escute. Essa questão voltará a ser discutida no final deste tópico.

A seleção do léxico é o primeiro recurso para a construção da identidade do Presidente Lula. Antes de abordar esse assunto, é importante ressaltar que o vocábulo, em si, não pode ser considerado bom nem mau, mas o uso social que ele tem, num determinado contexto, a carga que ele possui (remetendo a Bakhtin, 1986) faz com que adquira valores e passe a ser portador de significados outros que os

originais. A par disso, cabe também destacar o que nos lembra Fairclough (2001: 103):

Saussure e outros na tradição lingüística enfatizam a natureza 'arbitrária' do signo, a concepção de que não há uma base motivada ou racional para combinar um significante particular com um significado particular. Contra isso, abordagens críticas da análise de discurso defendem que os signos são socialmente motivados, isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares.

Quando aqui se fala, neste momento em que se faz um levantamento do vocabulário utilizado e de seus efeitos para a construção do sentido no texto em análise, em escolha lexical, é exatamente da motivação social que levou o orador a escolher determinada palavra no lugar de outra para representar o que tinha em mente.

Tem-se, primeiramente, “Meus **amigos**, minhas **amigas**” (L. 1), indicando proximidade e afetividade tanto de seus ouvintes quanto de seus colegas ministros, a quem o pronunciamento se dirige. Assim, o *ethos* de identificação com o público é reforçado, ao mesmo tempo em que se vincula à imagem do Presidente a de um homem que trata bem seus subordinados, trabalhando o *ethos* de humanidade. O uso de “companheiro”, “companheiras” e “companheiros”, tradicional marca do PT, em “Meu querido companheiro” (L. 3) para o Vice-Presidente e em “minhas companheiras” (L. 4) e “Companheiros” (L. 43) para as ministras e ministros revela também parceria e contato com sua equipe, apoiando a construção do *ethos* de humanidade. Além disso, para aqueles espectadores que são militantes do PT, fica estabelecido mais um ponto de identificação com o Presidente.

No parágrafo 7º, nas linhas 21-22, “minha história” e “compromisso” com “a gente humilde da nossa terra” marcam a identidade de Lula (*ethos* de identificação – solidariedade), humilde como tantos do povo, como prova sua história. Tais vocábulos, em associação com a recorrência lexical de “trabalho” (L. 23

e L. 25), além do uso de “empregos” (L. 23), “carteira assinada” (L. 24) e “vagas formais” (L. 24), reforçam o *ethos* de identificação do Presidente, um homem ligado aos trabalhadores do povo.

Paralelamente, a referência a dados objetivos, com o uso de números exatos, para indicar o desempenho do governo Lula, tem o efeito de construir um *ethos* de credibilidade, pois comprova que o Presidente tem o que Charaudeau (2006: 119) chama de “condição de *performance*” (“ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete”) e “condição de eficácia” (“o que ele anuncia e aplica é seguido de efeito”):

- (3) Em 30 meses, já criamos **3 milhões, 135 mil** novos empregos com carteira assinada. Isso significa **104 mil** novas vagas formais por mês, **12** vezes mais que a média [...] (L. 23 a 25).

Nas linhas 32 a 35, embora à primeira vista o parágrafo se refira mais ao governo do que ao Presidente, é de se observar que a primeira oração traz a topicalização de “na área social”, focalizando esse campo de ação do governo, tendo como sujeito “7 milhões e 500 mil famílias de brasileiros mais humildes”, enquanto a segunda oração está na voz passiva, trazendo como sujeito “8 milhões e 700 mil lares”:

- (4) Na área social, **7 milhões e 500 mil famílias de brasileiros mais humildes** têm garantido o acesso a uma renda mínima através do programa Bolsa Família. Até o final do ano, **8 milhões e 700 mil lares** serão beneficiados pelo programa.

Essa construção, que apresenta como sujeitos os brasileiros humildes e os lares que recebem o programa Bolsa Família, no lugar de trabalhar a imagem do governo, uma vez que poder-se-ia ter dado ênfase à sua ação à frente do programa, prefere focalizar a identificação do Presidente com o povo e a relação estabelecida

entre seu governo e a população carente por intermédio do programa de renda mínima, novamente atuando em cima do *ethos* de identificação.

Ainda quanto à seleção lexical, ao falar da crise, o Presidente agrega à sua imagem as características de fidelidade (recorrência lexical de “fiel”, L. 49), “franqueza” (L. 50); inocência ou ingenuidade, com o uso de “traído” (L. 50, com recorrência lexical na L. 51) e indignação (“indignado”, L. 52, com recorrência parcial nas linhas 55 e 57). Ao tratar desse assunto, o Presidente reforça a base de humanidade do seu *ethos* de identificação, já que se coloca como um cidadão brasileiro, e acrescenta a base de caráter para esse mesmo *ethos*, pois se mostra indignado e, portanto, honesto, por meio de uma afirmação declarativa forte:

- (5) Esta é a indignação que qualquer cidadão honesto deve estar sentindo hoje diante da grave crise política. (L. 57-58).

Entretanto, a construção positiva da identidade presidencial é enfraquecida neste momento do pronunciamento em que o Presidente se refere à crise em função de duas ocorrências que abrem espaço para que o ouvinte levante aspectos negativos relativos à identidade do Presidente.

Em primeiro lugar, o trecho do discurso que vai da linha 50 até a linha 51 se constitui na principal justificação do Presidente em relação à crise:

- (6) Quero dizer a vocês, com toda a franqueza: eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento.

O argumento utilizado é o da ignorância dos fatos. A justificação é necessária – não havia como o Presidente Lula não declarar alguma desculpa para os eventos dos quais estava sendo objeto de acusação –, mas traz certo prejuízo para sua imagem. Cabe destacar o que Charaudeau (2006: 133) aponta:

O *argumento da ignorância* retira da acusação a possibilidade de atribuir ao acusado a intenção voluntária de cometer um ato que causa prejuízos a outros. Ao declarar “eu não

sabia”, o sujeito pleiteia a inocência, o que o libera, em parte, de sua responsabilidade. [...]

Evidentemente, tal justificação presta, ao mesmo tempo, um desserviço ao político, que assim revela não ter a envergadura necessária para evitar essa manipulação. [grifo do autor].

Embora, entre a carga de ser culpado e a de ser ingênuo, esta última seja preferível, o Presidente se expõe à possibilidade de ter em sua identidade a indesejável qualidade de manipulável.

Em segundo lugar, temos, mais adiante, na linha 60, um momento de afirmação hierárquica do Presidente:

- (7) Por ser o primeiro mandatário da nação [...]

Em que pese ser verdade, tal afirmativa choca-se com a tentativa de se colocar como parceiro de seus companheiros e como igual de seus compatriotas e eleitores. Também fica evidenciado um problema de fraqueza em algum ponto da estrutura governamental, pois na frase anterior o Presidente afirma:

- (8) Se estivesse ao meu alcance, já teria identificado e punido exemplarmente os responsáveis por esta situação. (L. 58-59).

A condicional levanta a dúvida no ouvinte: se não está ao alcance do primeiro mandatário da nação, estará ao alcance de quem? A credibilidade do Presidente Lula fica comprometida pela dúvida que se instala quanto ao *ethos* de competência: não está ao seu alcance. O parágrafo em questão lançou dubiedade tanto para o *ethos* de credibilidade quanto para o *ethos* de identificação, abalando o efeito de aproximação com o ouvinte que se pretendia. Qual é o *ethos*, afinal, que se constrói aqui? O de chefe? Mas que chefe é esse que não tem o poder de punir os responsáveis pela situação de crise? A situação delicada da crise criou um impasse para o Presidente, e a tentativa de ser tanto igual ao povo quanto superior a ele

criou o problema das imagens contraditórias que constroem o *ethos* de identificação a que se refere Charaudeau (2006: 137):

Essas imagens são destinadas a tocar o maior número de indivíduos, e viu-se que esse maior número é heterogêneo e vago do ponto de vista dos imaginários. É a razão pela qual os políticos, conscientes disso, jogam com valores opostos, até mesmo contraditórios [...]

Poderíamos acrescentar: não só os imaginários são heterogêneos, como as situações também são, e isso cria diversidades de exigências de atitudes que podem gerar incongruências na postura do Presidente, cuja identidade acaba por sofrer um enfraquecimento.

Nesse ponto convém destacar que há similaridade entre um aspecto de identidade encontrado no discurso de Lula e o que é apontado por Fairclough (2000), analisando diversos pronunciamentos do Primeiro-Ministro da Inglaterra, Tony Blair: a imagem de homem comum. Isso transparece, no discurso, pela linguagem comum, como pôde ser observado no texto sob análise. Fairclough (*Ibidem*: 97) comenta que as tensões entre a identidade de líder, num comportamento oficial, e as de cidadão comum se refletem no discurso: “Em termos de linguagem, isso significa uma tensão entre a linguagem pública de política e a linguagem do dia-a-dia” (tradução nossa). Isso explicaria o motivo pelo qual se encontram pontos de dissonância na informalidade pretendida pelo texto elaborado para o pronunciamento do Presidente quando, ao mesmo tempo, ele se dirige aos seus ministros como chefe da nação; há uma vontade de semelhança, de igualdade, de companheirismo, mas há uma hierarquia, afirmada verbalmente (“Primeiro mandatário da nação”, linha 60), que parece não combinar com o estilo retórico do Presidente, parece não deixá-lo confortável, parece ser desmentida a todo instante pela linguagem coloquial, pela voz afável.

O Presidente também se coloca como líder de uma equipe – *ethos* de competência, aquele que é capaz de fazer, e *ethos* de chefe, o guia supremo (Cf. Charaudeau, 2006: 154) –, aquele que lidera participando, trabalhador, que faz e exige de sua equipe, como se vê no Exemplo 9 (excerto do Exemplo 2):

- (9) Temos que arregaçar as mangas e redobrar esforços. Peço que aumentem, ainda mais a sua dedicação. Se atualmente vocês, Ministros e Ministras, trabalham até 11h da noite, trabalhem um pouco mais, até meia-noite, uma hora da manhã, porque nós sabemos que muito já fizemos, mas muito mais temos que fazer porque o Brasil precisa de nós. (L. 79 a 83).

O léxico é importante nesse parágrafo: “esforços” e “dedicação”, construindo a idéia de que o Presidente e sua equipe estão a serviço do país. Há intertextualidade implícita em “arregaçar as mangas”. Koch (2004: 146) afirma que “a intertextualidade será implícita quando se introduz no texto intertexto alheio, sem qualquer menção da fonte [...]”. Nesse caso, trata-se de uma frase feita, “representante da sabedoria popular, da opinião pública” (Koch, 2004: 147), um intertexto implícito de recuperação praticamente certa (*Idem, ibidem*), que se coaduna com a simplicidade do povo que é associada à identidade do Presidente Lula. O verbo “aumentem”, junto com os advérbios “mais” (L. 80, 81 e 82, com recorrência lexical) e “muito” (L. 82, com recorrência lexical), intensificam a noção de trabalho pesado que é transmitida pela sugestão da avançada hora de término de trabalho (“11h da noite”).

Outro ponto a se ressaltar é que, na maioria das frases em que o sujeito é o “eu”, ele está oculto, sendo explicitado apenas em seis momentos:

- (10) [...] **eu** me sinto traído (L. 50);
- (11) **Eu** não mudei [...] (L. 54, referindo-se ao fato de continuar ao lado dos ideais éticos, do povo pobre e das camadas médias);
- (12) [...] **eu** não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. (L. 84-85);

- (13) **Eu** sei que vocês estão indignados e **eu**, certamente, estou tão ou mais indignado do que qualquer brasileiro. (L. 91-93);
- (14) E **eu** tenho certeza que posso contar com o povo brasileiro. (L. 95-96).

A *persona* de Lula é evidenciada ao se mostrar como um ser humano passível de erros, no caso, o erro da ingenuidade, que o levou a ser passado para trás, que é firme em seus ideais, que não é orgulhoso e, portanto, pode pedir desculpas – em nome de uma coletividade, pois o sujeito das desculpas não é ele, o Presidente, mas o PT e o governo (L. 86 e L. 87), isto é, a identidade dele não pode ser afetada pelos erros cometidos dentro do partido e do governo. O eu de Lula ainda é aquele que sabe como o povo se sente – pode-se até supor que seja, na qualidade de Presidente que veio do povo, onisciente – e é um eu que, como homem do povo responsável por esse povo, sente ainda mais como os brasileiros, sente ainda mais a indignação – fato que é incontestavelmente afirmado pelo modalizador epistêmico “certamente”. É nítido nesse parágrafo o *ethos* de identificação construído pelas imagens de humanidade, de solidariedade e de caráter.

Por fim, Lula encerra o discurso declarando sua certeza de contar com o povo brasileiro, procurando agregar à sua identidade a de um homem que sabe do que fala quando se trata de suas origens, quando se trata da população.

O discurso sob análise procura apresentar e construir a identidade do Presidente Lula com base nas seguintes características: proximidade com sua equipe, franqueza, ingenuidade, inocência, indignação com a corrupção, honestidade, fidelidade a seus ideais e, acima de tudo, pelo reforço da imagem pré-existente de que Lula é um homem do povo, simples e trabalhador.

Parece-nos que, neste caso, a credibilidade a que se refere Charaudeau pode ser construída como um subproduto da identificação a que procederá o interlocutor do Presidente: “se ele é como eu, se ele é passível de erros por ser ingênuo, se está indignado por ter sido traído por amigos, se está disposto ao trabalho para fazer o Brasil caminhar como eu estou para sustentar a mim e minha família, ele é também digno de crédito”. Por outro lado, pode ser o caso da alternância entre momentos de demanda de credibilidade e de demanda de identificação, como postula Charaudeau (2006: 184): “Há um tempo para os *ethé* de credibilidade e outro para os de identificação”. Se assim for, o Presidente Lula teria sido beneficiado por um tempo em que prevaleceram os *ethé* de identificação.

B) Imagem do Governo

Na linha 7, o Presidente usa uma metáfora, dizendo que faz questão de que suas palavras sejam “abertas à população brasileira”, remetendo à idéia de transparência do governo, bastante necessária naquele momento de denúncias de corrupção.

Todo um léxico relativo a mudança, estabelecendo a idéia ora de algo que estava interrompido e recomeçou, ora de algo que não existia e foi criado, é utilizado para construir a identidade de um governo de ação e transformador: “retomar” (L. 11, com recorrência parcial na linha 22 – “retomada”); “voltamos” (L. 13); “mudando” (L. 16); “volta” (L. 27); “novas” (L. 30, com recorrência lexical); “revolução” (L. 36); “cresceram” (L. 40).

Outro aspecto relevante é a enumeração de expressões quantitativas (em negrito) que funcionam como avaliação positiva do governo, estabelecendo contrapontos com situações do passado – algumas de momentos anteriores do próprio Governo Lula, outras de governos anteriores –, o que é ressaltado pelo uso de algumas marcações espaço-temporais (em itálico): “ultrapassam a casa dos **110 bilhões de dólares** *nos últimos doze meses*” (L. 18-19); “*Em 30 meses* já criamos **3 milhões, 135 mil novos empregos**” (L. 23); “**104 mil novas vagas formais**” (L. 24); “**12 vezes mais** que a média *dos anos 90*” (L. 24-25); “**mais de 20 bilhões de dólares**” (L. 28); “crescer **10%** *nos últimos dois meses*” (L. 31-32); “**7 milhões e 500 mil famílias**” (L. 32); “**8 milhões e 700 mil lares**” (L. 34); “cresceram **21%** *no segundo trimestre, comparado ao mesmo período de 2004*” (L. 40-41).

No caso de “nos últimos doze meses”, “nos últimos dois meses”, “no segundo trimestre”, “mesmo período de 2004”, está-se referindo a períodos de tempo situados dentro do próprio Governo Lula, mas fica assinalado que a melhora está sendo permanente e crescente.

Os números se referem às exportações, à oferta de emprego, à abrangência de programas sociais e ao comércio, procurando comprovar, pela exatidão numérica, o sucesso do governo nessas áreas, um governo competente, realizador e eficiente.

O uso de frases afirmativas no tempo presente tem o objetivo de declarar o êxito do Governo Lula: “o país está mudando para melhor” (L. 15-16); “é o melhor resultado da nossa história” (L. 19-20); “uma revolução está em marcha” (L. 36). São afirmações categóricas em que não há espaço para dúvidas: o Governo Lula veio para mudar o país para melhor.

Como no caso dos discursos do Primeiro-Ministro Tony Blair analisados por Fairclough (2000: 137), há uma oscilação no uso da 1ª pessoa do plural, o “nós”, que em alguns casos tanto pode se referir ao Presidente e ao povo como elementos constitutivos do país quanto ao Presidente e aos ministros como membros do governo do país (“Voltamos a crescer” na linha 13, “nossa história” na linha 20). Também fica a dúvida, na linha 85, em “dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas”, se esse nós é relativo ao Presidente e ao Partido dos Trabalhadores, ou ao Presidente e ao governo ou ainda ao Presidente, ao PT e ao governo. Trata-se de uma ambivalência que, freqüentemente, não deixa explícito quem é o sujeito das orações. Mas, em algumas ocorrências, é possível perceber que o Presidente se refere a ele e ao povo como sujeitos unidos na luta pelo país melhor (“E nós iremos conseguir fazer com que o Brasil consiga continuar andando para frente”, linhas 93-94).

No discurso sob análise, entretanto, na maior parte das ocorrências, os verbos na 1ª pessoa do plural deixam subentender o sujeito governo, referindo-se ao Presidente e aos membros do governo: “Em 30 meses já criamos” (L. 23); “Criamos um ambiente favorável” (L. 27); “Expandimos o crédito com desconto em folha” (L. 37); “E vamos continuar assim até o fim” (L. 67); “Temos que arregaçar as mangas e redobrar esforços” (L. 79); “nós sabemos que muito já fizemos, mas muito mais temos que fazer” (L. 82-83), como um capitão que narra os esforços do time e em seguida insta a todos para que trabalhem mais arduamente pelo bem maior, que é o país. Como já foi dito no tópico referente à identidade do Presidente Lula, nas linhas 79 a 83 (Exemplo 9), há a idéia de que toda a equipe do governo existe com o propósito de servir ao Brasil, com o uso de um verbo na 3ª pessoa do modo imperativo (em negrito):

- (9) Temos que arregaçar as mangas e redobrar esforços. Peço que aumentem, ainda mais a sua dedicação. Se atualmente vocês, Ministros e Ministras, trabalham até 11h da noite, **trabalhem** um pouco mais, até meia-noite, uma hora da manhã, porque nós sabemos que muito já fizemos, mas muito mais temos que fazer porque o Brasil precisa de nós.

Convém lembrar que “Quando empregamos o imperativo, em geral, temos o intuito de exortar o nosso interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo” (Cunha; Cintra, 2001: 477), não sendo exatamente uma ordem, mas um estímulo ao aumento de trabalho, isto é, um apelo que o Presidente faz a sua equipe.

Com isso, à imagem do governo acrescenta-se a idéia de equipe, de união, de disposição, de “dedicação” (L. 80) e de utilidade ao país.

Também é apresentada uma identidade do governo no que se refere à crise, nas linhas 62 a 64:

- (15) **Meu governo**, com as ações da Polícia Federal, está investigando a fundo todas as denúncias.

A oração é afirmativa, declarativa, com um sujeito simples, explicitado, “meu governo”, com um intercalamento dos adjuntos adverbiais “com as ações da Polícia Federal” e “a fundo” e trazendo o objeto direto “todas as denúncias”. Pretende-se deixar claro que o governo do Presidente Lula não é o autor da crise: é o seu investigador, aquele que tem autoridade para isso, que fiscaliza e descobre a verdade. Seu instrumento é a Polícia Federal, sua ação é a investigação, seu objeto são todas as denúncias, as denúncias completas, integrais, sem exclusão.

A identidade que é montada para o governo no texto em tela, portanto, envolve as características de transparência, progresso, ação, transformação, superioridade, competência, eficiência, espírito de equipe, integração, união, disposição, dedicação, utilidade e fiscalização.

C) Identidade do Partido dos Trabalhadores

Os elementos lexicais que se referem ao PT remetem à idéia de mudança, de ética e de moralização:

- (16) [...] decidi **criar** um partido **novo** que viesse para **mudar** as práticas políticas, **moralizá-las** e **tornar** cada vez mais limpa a disputa eleitoral no nosso país. (L. 45 a 47).

Nesse período, temos o uso dos verbos “criar”, “mudar” e “tornar”, dando sentido de mudança em relação a algo que já existia, reforçado pelo adjetivo “novo”. O tipo de mudança fica esclarecido pelo uso do verbo “moralizar”, cujo objeto são as práticas políticas (“moralizá-las”) e pelo adjetivo “limpa” em relação a “disputa eleitoral”: mudança para moralização.

No parágrafo seguinte, esse discurso de mudança para outro patamar de moralização é reforçado, agora com o acréscimo do substantivo “ética”, que, durante todos os anos de campanha do PT, foi uma bandeira do partido.

- (17) O PT foi **criado** justamente para fortalecer a **ética** na política e lutar ao lado do povo pobre e das camadas médias do nosso país. (L. 52 a 54).

Também é associada ao PT a idéia de um partido que existe para o povo. O verbo “lutar” possui impacto, trazendo à tona imagens de grande fortaleza física e de disposição para o combate, e tem o efeito de conceber o partido como uma entidade que está preparada para envidar todos os esforços necessários em favor daqueles a quem defende. O complemento trazido pelos advérbios “ao lado do povo pobre” e “das camadas médias do nosso país” esclarece de que lado está o partido na luta, sem subterfúgios, validando a idéia de o PT estar sempre ao lado dos trabalhadores, sejam mais pobres ou tendo melhor padrão de vida.

Procura-se, portanto, construir a identidade do PT sobre os aspectos de mudança, moral, ética, luta e trabalho.

Entretanto, o Presidente Lula precisou afastar sua imagem do nome do partido em função das denúncias de corrupção. Em virtude disso, o PT só volta a ser citado na linha 85, “O PT tem que pedir desculpas”. Após ter afirmado que foi ele, o Presidente Lula, quem decidiu criar o partido e quem ajudou a criá-lo, o Presidente assume a posição de quem, como pai do partido “mal comportado”, obriga-o a se redimir.

Mas cabe apontar que o vocábulo “companheiro” (e variações), marca inconfundível do Partido dos Trabalhadores, é utilizado três vezes durante o discurso (L. 3; 4 e 43), como se atestando que o Presidente não abandonou os ideais de seu partido, mesmo que não deseje ser visto em sua companhia...

D) Abordagem da Crise

A crise só é comentada no discurso presidencial por absoluta necessidade. É evidente a tentativa de minimizar sua importância, em face de tantas boas novas relatadas no pronunciamento, colocando o assunto no meio do discurso, depois de enumerar os êxitos do governo, e iniciando com uma abordagem impessoal, tratando-a como uma entidade autônoma, “a crise”, como se fosse um elemento surgido espontaneamente, sem causadores ou culpados, como um fenômeno da natureza. Só se chega a esse problema porque é inevitável, ou, nas palavras de Charaudeau (2006: 127): “Como quer que seja, é importante para o

político responder à acusação de culpa ou de responsabilidade, se quiser sair ileso do ataque”.

Não há assunção de responsabilidades, de maneira a englobar a sociedade no problema. Na linha 44, após se dizer consciente da gravidade da crise política, o Presidente diz:

- (18) Ela compromete todo o sistema partidário brasileiro.

O uso do pronome **todo** direciona a reconhecida gravidade da crise para todos os partidos, não apenas para o PT. Charaudeau (2006: 135) chama a essa estratégia de “argumento da responsabilidade coletiva”, que “equivale a perguntar ‘por que eu, se éramos muitos?’”. Assim, não apenas não se poderia acusar o indivíduo, mas, além disso, sua responsabilidade seria diluída diante da pluralidade de atores”. Ressalte-se também o uso do dêitico, “ela”, evitando-se repetir o vocábulo “crise” e dando uma espécie de personalidade própria à crise, dissociando-a do governo.

Nas linhas 61 a 64, mais uma vez o discurso toma o caminho da divisão das responsabilidades:

- (19) O Congresso está cumprindo com a sua parte, o Judiciário está cumprindo com a parte dele. Meu governo, com as ações da Polícia Federal, está investigando a fundo todas as denúncias.

O Presidente enumera, primeiro, as instâncias do Poder Público que são independentes dele: o Legislativo (“Congresso”) e o “Judiciário”, colocando-as como sujeitos do predicado verbal “está cumprindo”, e complementando com o objeto direto preposicionado “com a sua parte” e “com a parte dele”. Há aí a pressuposição de que existe uma “parte” que cabe a essas duas esferas de poder, existe um papel relacionado à crise que elas têm de cumprir. Que papel seria esse não fica definido,

mas fica registrado que a crise não diz respeito apenas ao Presidente. Somente depois disso é que “meu governo” aparece, representado pelas “ações da Polícia Federal”, com uma ação bem específica: “está investigando a fundo todas as denúncias”. São importantes nessa oração o advérbio de intensidade “a fundo” e o pronome “todas”, objetivando marcar o zelo e a diligência do governo.

Essa abordagem fica mais evidente ainda nas linhas 75 a 79 (fragmento do Exemplo 2):

- (20) Quero dizer aos Ministros que **é obrigação** do governo, da oposição, dos empresários, dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira não permitir que esta crise política possa trazer problema para a economia brasileira, para o crescimento deste país, para a geração de empregos e para a continuidade dos programas sociais.

A modalidade de obrigatoriedade trazida pela expressão “é obrigação” é utilizada para compartilhar com toda a sociedade a responsabilidade de não supervalorizar a crise, as denúncias, de modo a não prejudicar as conquistas já mencionadas pelo discurso, que são resumidas em três principais vertentes: crescimento (setor da economia, discurso mais dirigido para o empresariado), geração de empregos (setor da economia e setor social, discurso mais dirigido para os trabalhadores), programas sociais (setor social, discurso dirigido para a população mais pobre).

Nas linhas 70 a 72, o discurso enfatiza que o problema da crise é de responsabilidade de todo o país, novamente por meio do uso da modalidade de obrigatoriedade:

- (21) O Brasil **precisa** corrigir as distorções do seu sistema partidário eleitoral, fazendo urgentemente a tão sonhada reforma política.

O adjetivo “sonhada”, que acompanha “reforma política”, com o advérbio de intensidade “tão”, causa o efeito de algo que há muito tempo vem sendo tentado,

vem sendo pensado, não apenas num nível prático e distante, mas muito mais profundamente, com maior envolvimento pessoal. Há a pressuposição de que há distorções do sistema partidário e fica implícito que elas podem ser responsabilizadas pela crise, pois no período seguinte o Presidente afirma:

- (22) **É necessário** punir corruptos e corruptores, mas também tomar medidas drásticas para evitar que essa situação continue a se repetir no futuro. (L. 72 a 74).

A escolha do vocábulo “traído” na linha 50, sem definir o agente da ação, tem o efeito de excluir o orador da culpabilidade dos erros apontados pelas denúncias. Também o fato de não ser o sujeito das desculpas, nas linhas 84 a 86, isenta o Presidente de culpabilidade, tornando-o apto a falar da crise de maneira impessoal, como alguém que tem a obrigação de zelar pela ordem no país, mas jamais como alguém que está diretamente ligado aos problemas que têm ocorrido:

- (23) Queria, neste final, dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que **nós** temos que pedir desculpas. O **PT** tem que pedir desculpas. O **governo**, onde errou, tem que pedir desculpas [...].

O Presidente usa o “nós” como um integrante do partido e do governo, mas fica bem detalhado nas duas orações seguintes que são o PT e o governo – especificamente “**onde errou**” – que têm que pedir desculpas.

A crise, portanto, é abordada de um ponto de vista impessoal, tratando-a como fenômeno autônomo, provocado por um sistema político-partidário-eleitoral anterior ao Governo Lula – e, portanto, de responsabilidade de toda a classe política –, que tem de ser enfrentada e combatida, mas que não merece ser alçada a um patamar mais importante do que as conquistas que o governo do Presidente Lula alcançou para o Brasil.

3.4.1.3 Ideologia, Trabalho, Renda Mínima

Em termos de ideologia, a primeira idéia importante a ressaltar é a relativa às questões de trabalho. A classe dominante economicamente sempre procurou extrair o máximo lucro de suas atividades e, para tanto, sempre buscou explorar o trabalho. A ideologia dominante sempre foi, é e continua sendo a do valor superior do capital sobre o trabalho, por mais que se procure mascarar esse discurso com idéias de valorização dos recursos humanos, como se o capital humano fosse preponderante sobre a exploração do trabalhador. Grande parte das novas idéias sobre o trabalhador – fazê-lo se sentir mais feliz, dar-lhe tempo para relaxar durante o trabalho – são incorporações feitas pelo capital para maximização dos lucros e só ocorrem se for possível obter mais do trabalhador por meio delas.

Foi no governo de Getúlio Vargas que foi unificada e ampliada a legislação em prol do trabalhador no Brasil, com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Pela primeira vez o trabalhador urbano brasileiro tinha os direitos trabalhistas do salário mínimo, da jornada de trabalho de oito horas, do descanso semanal remunerado, das férias remuneradas, da aposentadoria e da carteira profissional de trabalho. Não depender mais da vontade, boa ou má, do patrão, ia contra a ideologia dominante, e não foi sem críticas que essa legislação foi implantada.

No discurso do Presidente Lula, está presente essa preocupação com o trabalho assalariado, com a “carteira assinada” (L. 24), com as “vagas formais” (L. 24). A veiculação dessas idéias é importante, considerando que a concepção de que esses direitos são prejudiciais para todos (inclusive para os trabalhadores!) ainda é latente, em tempos de discussão sobre flexibilização das leis de trabalho e seu

elaborado discurso garantindo melhora de produtividade, com conseqüente aumento da oferta de postos de trabalho e da participação dos empregados nos lucros, e ainda assegurando que a negociação direta na contratação beneficiará a todos, inclusive o empregado. Há todo um discurso sendo construído, contrário às leis trabalhistas, defendendo que as relações de trabalho devem ser auto-reguladas, assim como as leis da natureza. Trata-se de um discurso utilizado para legitimar a relação livre entre patrão e empregado e para mostrar que essa relação é natural, desconsiderando a desigualdade do valor atribuído ao capital e ao trabalho, com a oferta excedente deste último em países da periferia, como o Brasil.

Da mesma forma, os programas de renda mínima instituídos ou continuados pelo Governo Lula também são provenientes da luta contra uma concepção de realidade que aceita como natural a existência de grupos de pessoas que (sobre)vivem sem nenhum tipo de condição material em paralelo com grupos (bem menores) de pessoas que vivem com (sobre)excesso de condições materiais, uma concepção que alega que quem não produz não merece receber, que desconsidera as desigualdades de oportunidades, uma concepção que, à época da abolição da escravatura, deu direito a uma classe dominante de jogar fora um “objeto” sem se preocupar com sua sobrevivência. É fundamental a referência feita ao programa no pronunciamento do Presidente Lula, nas linhas 32 a 35:

- (4) Na área social, 7 milhões e 500 mil famílias de brasileiros mais humildes têm garantido o acesso a uma renda mínima através do programa Bolsa Família. Até o final do ano, 8 milhões e 700 mil lares serão beneficiados pelo programa.

Os programas de renda mínima costumam ser criticados por serem assistencialistas e paternalistas, por acomodarem o beneficiário numa situação de dependência do governo. Em sua justificativa (Cf. Família, 2006), é nítida a preocupação com a implantação de programas paralelos de recuperação da

capacidade de inserção no mercado de trabalho do cidadão. O risco da dependência não pode ser impedimento para um programa que visa à justiça distributiva como meio de alcançar justiça política (Cf. Retrospectiva, 2006).

Em síntese, pode-se afirmar que o tema trabalho é central na abordagem do Presidente Lula, pelo seu histórico pessoal e pelo de seu partido. Importante também são os assuntos que tratam de políticas que atendam à população mais humilde, como é o programa Bolsa Família, pois é com o povo que o Presidente procura sempre reforçar a identificação, conforme foi verificado na análise dos recursos lingüísticos utilizados no discurso em tela.

No próximo tópico, passamos a analisar o discurso do Senador Arthur Virgílio, proferido no plenário do Senado Federal logo após o pronunciamento do Presidente da República.

3.4.2 DISCURSO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO²

(01) **O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.
(02) Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num
(03) pronunciamento programado para as 9 horas e, portanto, efetuado com mais de
(04) três horas de atraso, Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que
(05) deveria ter falado de improviso, desta vez, sim, de improviso e de coração, falou
(06) maquiado, gravado, preparado, “marqueteado”, de modo lamentável, diminuindo
(07) o tom de sinceridade e espontaneidade que deveria estar contido na fala
(08) presidencial.

(09) Eu esperava um Lula altivo, corajoso e não o encontrei. Ao contrário,
(10) percebi um Presidente medroso, “acelhado”, que não conseguiu sequer olhar
(11) para dentro dos olhos dos telespectadores, não conseguiu olhar para dentro dos
(12) olhos da nação. A única vez em que tentou fazer isso, tirou o olhar do chão e
(13) fixou por meio segundo nos olhos do telespectador e, em seguida, o levou ou o
(14) elevou – não posso dizer, talvez o tenha rebaixado para cima, porque não foi
(15) corajoso, “rebaixou-o” para o teto.

(16) Eu esperava um Presidente que tivesse falado às 9 horas e que não
(17) deixasse grassar, como grassou hoje na Casa, entre funcionários, entre
(18) jornalistas, entre Parlamentares, a idéia de que ele estava adiando, porque
(19) paralisado pelas denúncias da revista **Época**, a partir da entrevista do Sr.
(20) Valdemar Costa Neto de mais corrupção neste Governo, de mais vinculação
(21) espúria com o Sr. Marcos Valério, de mais caixa dois, de mais dinheiro irregular

² Pronunciado no plenário do Senado Federal em 12 de agosto de 2005, após o pronunciamento do Presidente da República.

(22)e, portanto, subtraído do governo brasileiro, com o Valdemar Costa Neto dizendo
(23)que o Presidente Lula tinha, sim, conhecimento da operação, como
(24)conhecimento da operação teria tido também o próprio Vice-Presidente José
(25)Alencar.

(26) Eu esperava um Lula que, dessa vez, não fosse Duda. Duda é que,
(27)ontem, foi Lula. Duda, ontem, foi sincero, abriu todo o jogo, até se
(28)prejudicando. Eu esperava que, hoje, Lula fosse Lula e Lula, mais uma vez, foi
(29)Duda, infelizmente. Eu esperava um Presidente que, com muita clareza,
(30)aceitasse a realidade que já está jurisprudenciada no coração do país, de que
(31)uma quadrilha tem funcionado no seu partido contra a maioria esmagadora de
(32)petistas honrados. Uma quadrilha tem funcionado no seu governo contra as
(33)pessoas honradas que possam caber no seu governo. Uma quadrilha tem
(34)funcionado em partidos aliados seus contra a maioria honrada de pessoas
(35)integrantes dos partidos aliados do Presidente da República. Ele teria hoje que
(36)ter denunciado a quadrilha, dando nome aos bois, para se distanciar dela,
(37)Presidente Cristovam Buarque.

(38) O Presidente fez uma prestação de contas falsa, que não cabia. Tudo que
(39)eu temia ele repetiu; a lengalenga da Polícia Federal, que fez não sei quantas
(40)ações e nunca agiu tanto contra a corrupção quanto no seu governo.

(41) O Presidente chegou a fazer uma ameaça clara, ao dizer: “Vamos
(42)continuar assim”. Eu tremi nas bases, arrepiei-me. Vamos continuar assim,
(43)Presidente, com esse quadro de roubalheira desenfreada, com esse quadro de
(44)impunidade desenfreada, com esse quadro desenfreado de tentativa de se
(45)impedir as investigações?! Essa que é a verdade. Muita espuma nas CPIs, luta
(46)para aprovar os requerimentos nevrálgicos e, quando se aprovam os

(47) requerimentos nevrálgicos, outra luta para se marcarem as audiências, que têm
(48) que esclarecer e dar foco às investigações e às denúncias de corrupção.

(49) Falou na reforma política como se ela fosse resposta para um quadro que
(50) tem que passar por polícia também. Não é só reforma política, substituindo a
(51) necessidade da passagem pela polícia, de quem falcatruou bens da nação e do
(52) povo brasileiro.

(53) O Presidente se diz traído. Traído por quem, Presidente? Traído por
(54) quem? Por quais companheiros seus? Por que sonegou à nação o nome dos
(55) traidores? Por que se mantém, portanto, misturado com eles, já que não os
(56) denuncia? Por que não disse os nomes dos traidores no governo, fora do
(57) governo, nos partidos aliados, no seu partido, para, de uma vez por todas,
(58) distanciar-se dessa quadrilha e aproximar-se do coração da nação brasileira,
(59) readquirindo a condição de dialogar, de maneira ativa, com uma oposição que,
(60) cada vez menos, acredita na sua palavra ou faz fé no que Vossa Excelência
(61) declara?

(62) Mais uma vez, o Presidente encenou a farsa do “não sei de nada. Estou
(63) indignado”! E isso chega a ser insultuoso à nação; indignado tanto ou mais que
(64) os brasileiros, não é verdade, Presidente? Isso é desfaçatez de Vossa
(65) Excelência! Se Vossa Excelência estivesse indignado mesmo, citaria os nomes
(66) dos indigitados que teriam causado a desgraça do seu governo. Indignados
(67) estão os brasileiros contribuintes, que vêem o dinheiro dos seus impostos não
(68) virar escola, mas peteca nas mãos dos Marcos Valérios, dos Dudas Mendonças
(69) e de outros. Essa é a verdade.

(70) O Presidente, em determinado momento, pede desculpas à nação. Isso
(71) fazia parte do *script*. Não valeria a peça, não valeria a encenação se ele não
(72) pedisse desculpas à nação. Mas desculpas por quê, Sr. Presidente? Se Vossa
(73) Excelência não sabia de nada; se Vossa Excelência tem combatido a corrupção,
(74) Presidente; se Vossa Excelência não tem dado trégua a corruptos, se Vossa
(75) Excelência está indignado, desculpas, por quê, Presidente? Será que Vossa
(76) Excelência deve mesmo desculpas à nação? Ou será que o senhor está pedindo
(77) desculpas à nação de maneira indevida? Ou, se o senhor está pedindo
(78) desculpas à nação, o senhor o teria feito de maneira incompleta, porque com
(79) falta de coragem de dizer as razões verdadeiras de a nação merecer desculpas
(80) de Vossa Excelência.

(81) O pronunciamento de Vossa Excelência foi pífilo, Presidente. Aguardamos
(82) até esta hora, em vigília cívica, e lhe confesso, do fundo do coração, sem
(83) nenhuma vontade de que Vossa Excelência tivesse sido pífilo como foi. Eu queria
(84) que Vossa Excelência tivesse sido convincente, como não conseguiu ser; eu
(85) preferiria que Vossa Excelência tivesse sido sincero, como optou por não ser; eu
(86) gostaria de que Vossa Excelência tivesse sido definitivo e arrasador a favor da
(87) verdade, como Vossa Excelência foi dúbio e cúmplice da mentira, que tem sido a
(88) grande mola destruidora do seu governo.

(89) A crise se agrava, Sr. Presidente. Se fosse o PT na oposição, a palavra de
(90) ordem seria *impeachment*, e estariam os passeateiros criando varizes nas
(91) pernas ao exercitarem o seu jeito trêfego de ser. Como não somos assim, não
(92) tratamos como uma ida a uma sorveteria algo grave como um *impeachment*, até
(93) porque, de Itamar para cá, incluindo dois anos e meio do seu governo,
(94) Presidente Lula, há cerca de doze anos – não, chegamos a treze anos – de

(95)governos supostamente normais. Eu preferiria que Vossa Excelência passasse a
(96)faixa para o seu sucessor na Praça dos Três Poderes, em frente ao povo.

(97) **O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

(98) **O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a com muita alegria.

(99) **O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Somos um país cristão. O Senador
(100)Cristovam Buarque me lembra a palavra “réquiem”, termo da liturgia da Igreja
(101)Católica. Prece aos mortos, missa dos mortos. É essa a síntese que quero fazer
(102)do seu pronunciamento: está morrendo o PT, está morrendo o governo. É um
(103)réquiem.

(104) **O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Desconfio, Senador Mão
(105)Santa, de uma grande conta no exterior, que aparecerá se contratarmos uma
(106)empresa tipo Kroll. Uma grande conta, tipo aquelas de igreja clandestina, tipo
(107)conta de corruptos jurados. Tenho a impressão de que isso esclarece mais do
(108)que o que foi dito ontem pelo Sr. Duda Mendonça.

(109) Se fôssemos o PT, a palavra de ordem seria *impeachment*. Como não
(110)somos, a palavra de ordem é – embora não deixemos de cogitar até essa
(111)hipótese – analisarmos profundamente todas as implicações jurídicas, políticas,
(112)econômicas e sociais inerentes a esse caso grave, para, ao fim e ao cabo,
(113)tomarmos uma atitude que seja das oposições mais do que do PSDB; da nação
(114)mais do que das oposições; tanto da sociedade quanto deste país, que tanto
(115)amamos, chamado Brasil.

(116) Vejo a crise por um ângulo que não é o do Presidente da República. O
(117)Presidente da República pensa – e seus áulicos devem pensar a mesma coisa,
(118)se é que pensam alguma coisa – que tudo está bem. Eu vejo a crise com olhos

(119)duros. Esta crise, Senador José Agripino, é felizmente menos grave do que a
(120)crise de 64, que redundou na instalação de uma ditadura, que durou 21 anos
(121)neste país; esta crise é muito grave do ponto de vista ético, é mil vezes mais
(122)grave, até porque não havia crise ética real no Governo Getúlio Vargas,
(123)aquele que suicidou em 54; a crise é mais grave, talvez, do que aquela que
(124)redundou – era outra sociedade; esta de agora é mais avançada, mais
(125)consolidada nos seus efeitos democráticos – nos problemas ocorridos em 54.

(126) Esta crise é mais grave do que a de 61, aquela que terminou com a posse
(127)do Presidente João Goulart, por intermédio da emenda parlamentarista, que
(128)satisfez os militares, Tancredo Neves assumindo o Primeiro Ministério do país.
(129)Esta crise é menos grave ainda do que aquele episódio lamentável que ocorreu
(130)em 68, que redundou no AI-5, responsável por tantas torturas, tantas mortes,
(131)tantos assassinatos. Esta crise é muitíssimo mais grave do que aquela que
(132)ceifou o mandato do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, que caiu porque
(133)tinha menos base do que Lula; caiu porque o seu partido era menor que o de
(134)Lula; caiu porque tinha menos história do que Lula, porque tinha menos apelo
(135)popular real do que Lula. Mas esta crise, seguramente, está entre as mais
(136)graves que o país viveu ao longo da sua história republicana.

(137) Portanto, Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Senador Luiz Otávio,
(138)Senador José Agripino, Senador Cristovam Buarque, não estou aqui, de
(139)nenhuma forma, alegre ou regozijado com o rumo que as coisas tomam no
(140)país. Não me surpreende o despreparo do Presidente; surpreende-me a falta de
(141)coragem de Sua Excelência para superar as desvantagens que o seu
(142)despreparo acarreta para o país. Não me surpreende o rumo negativo que o

(143)país vai tomando, até porque nenhuma resposta é dada para uma crise que
(144)parece não ter fim.

(145) Pensei que o problema do Okamoto fosse o último, aí vem o do Duda;

(146)pensei que o do Duda ia durar pelo menos uma semana, Senador José

(147)Agripino. Não durou 12 horas, porque, depois, veio o do Valdemar Costa Neto.

(148)Não sei quando será o próximo e não sei até quando o país tolerará a véspera

(149)da próxima crise e, depois, a do dia seguinte, o *day after* da última crise.

(150) Não sei quando esse manancial de ações, que destrói a credibilidade

(151)deste governo, passará, parará de povoar as páginas dos jornais e das revistas

(152)deste país. Não sei quando. E, enquanto isso não acontecer, não haverá sequer

(153)a consolidação do que seria essa grande massa falida moral. Não sabemos.

(154) ***(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)***

(155) **O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente,

(156)dizendo a V. Ex^a que foi profundamente decepcionante para mim o Presidente

(157)Lula ter perdido o pênalti político da copa do mundo política da sua vida.

(158)Perdeu o pênalti político em um jogo decisivo da copa do mundo política da sua

(159)vida, e isso é imperdoável, do ponto de vista dessa torcida de 53 milhões de

(160)brasileiros que confiaram nele, dessa torcida de 33 milhões de brasileiros que

(161)votaram contra ele, dessa torcida de 180 milhões de brasileiros que não querem

(162)o quanto pior melhor, que desejam um país capaz de oferecer respostas

(163)inteligentes, justas e éticas para as crises que nos assolam.

(164) O Brasil hoje fica mais inquieto do que ontem, meu prezado Presidente

(165)Roberto Freire. O Brasil fica mais inquieto hoje do que ontem. O Brasil mergulha

(166)mais nas trevas do que ontem...

(167) **(Interrupção do som.)**

(168) **O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O Brasil se adensa no fosso da
(169)dúvida, da inquietação mais hoje do que ontem e espero que mais hoje do que
(170)amanhã. Torço, sinceramente, este é o pensamento de meu partido, que as
(171)dúvidas sejam maiores hoje do que amanhã. Mas o Presidente não contribuiu, e
(172)a parte essencial para impedir que essa crise se alastre de maneira ainda mais
(173)devastadora, essa parte cabe ao Presidente da República, que, por quaisquer
(174)razões que não consigo compreender, não consegue assumir sua posição de
(175)liderança, Deputado Nelson Proença, não consegue assumir sua posição de
(176)comando, não consegue assumir a posição daquele que consiga dar um rumo
(177)ao país. É um Presidente que está como um pato manco da história política
(178)americana, um *lame duck*.

(179) **(Interrupção do som.)**

(180) **O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Teria que ter como ambição
(181)maior e única terminar este governo, livrando o país dos corruptos que o
(182)assolam e procurando montar um projeto de agenda mínima que significasse a
(183)economia não perder a janela de oportunidades que está aberta a sua frente
(184)pela conjuntura internacional.

(185) Portanto, Sr. Presidente, registro aqui minha decepção e lhe digo que a
(186)oposição, a partir deste momento, redobrará a luta e a vigilância para que o país
(187)não sofra mais pela inércia, pela passividade e até pela hiperatividade quando
(188)se trata de erro e de delitos que seu governo tem praticado contra os destinos
(189)de nossa gente.

(190) Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

3.4.2.1 Ordem de Discurso

O pronunciamento do Senador Arthur Virgílio no plenário do Senado Federal também é um discurso da ordem de discurso político, que traz o gênero da persuasão, o gênero da acusação e o gênero do debate, embora não tenha o interlocutor presente. Tal classificação de gêneros teve como base tanto o conceito que os caracteriza como “atividades sócio-discursivas” defendido por Marcuschi (2002: 43) quanto a proposta de agrupamento de gêneros apresentada por Schneuwly e Dolz (Cf. 2004: 60-61).

Em quase todo o texto está presente essencialmente a voz do político, mas há momentos em que o texto é híbrido, aparecendo uma voz policial e uma voz professoral. A presença dessas duas vozes será retomada detidamente na análise dos aspectos lingüísticos. Importa nesta etapa destacar que há um diálogo com outras práticas sociais, trazendo para a instância política o matiz de pressão, de constrangimento, que é típico da relação polícia-suspeito ou investigador-investigado e eventualmente é também da de professor-aluno, embora nesta última revele-se também um vínculo mais afetivo. Fica marcada também a posição superior do sujeito que fala e inferior do sujeito a quem se dirige (não o público, mas seu interlocutor, o Presidente da República).

3.4.2.2 Eixos de Sentido

Os principais eixos de sentido que conduzem a argumentação do discurso do Senador Arthur Virgílio são: Identidade do Presidente Lula, Imagem do Governo, Identidade do Partido dos Trabalhadores, Papel da Oposição, Abordagem da Crise e Identidade do Orador.

A) Identidade do Presidente Lula

O ataque inicial do discurso em tela é ao *ethos* de credibilidade do Presidente Lula, que, conforme vimos anteriormente, é um dos pilares da construção identitária no discurso político.

Para Charaudeau (2006: 119), o *ethos* de credibilidade é “resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo *digno de crédito*” (grifo do autor).

O léxico selecionado tem o efeito de desconstruir a imagem presidencial de seriedade, honestidade, integridade e força que o Presidente tentou dar no seu discurso, começando com o uso de “atraso” (L. 4), marcando o fato de o Presidente não ter cumprido o horário prometido, o que sugere uma pessoa não confiável.

Com “maquiado, gravado, preparado, ‘marqueteado’” (L. 6, com ritmo dado pelo final do participio e a criação de uma palavra por aproximação com a palavra inglesa *marketing*), o texto inicia o ataque à honestidade do Presidente e à veracidade de suas palavras, enumerando quatro atributos ligados à artificialidade

do pronunciamento, com o efeito de intensificar a idéia de não-autenticidade daquele momento. Isso é enfatizado pelo predicativo do sujeito “dúbio e cúmplice da mentira” (L. 87) e pelo uso da metáfora “sonegou” (L. 54) e das metonímias “Duda” (L. 26) e “Lula” (L. 27), contribuindo para insistir no tema das qualidades negativas do Presidente de uma maneira não-convencional, criativa, evitando o desgaste de repetir as acusações já feitas e destacando a expressividade das representações utilizadas. “Duda” é usado como sinônimo de mentiroso, em contraposição a “Lula” como sinônimo de sincero em:

- (24) Eu esperava um Lula que, dessa vez, não fosse **Duda**. Duda é que, ontem, foi **Lula**. Duda, ontem, foi sincero, abriu todo o jogo, até se prejudicando. Eu esperava que, hoje, Lula fosse **Lula** e Lula, mais uma vez, foi **Duda**, infelizmente.” (L. 26 a 29).

A frase “Por que **sonegou** à nação o nome dos traidores?” (L. 54-55) traz um verbo caracterizador de crimes contra o Fisco, tendo como sujeito oculto o Presidente, apontando-o como alguém que esconde informações.

O apogeu da construção da identidade presidencial como insincera, desonesta e mentirosa vem na linha 62: “Mais uma vez, o Presidente **encenou a farsa** do ‘não sei de nada. Estou indignado!’” (L. 62-63), remetendo a uma peça teatral, com o verbo “encenar” acompanhado do objeto direto “a farsa” não deixando dúvidas de que o Senador trata o pronunciamento presidencial como algo não real, não verdadeiro. Somados a isso, os substantivos “*script*”, “peça” e “encenação” do parágrafo seguinte – “Isso fazia parte do *script*. Não valeria a peça, não valeria a encenação se ele não pedisse desculpas à nação” (L. 70-71) –, configuram um *frame* de teatro e reforçam o teor de falsidade do discurso presidencial.

Ainda com o objetivo de marcar a identidade do Presidente como insincera e mentirosa, são utilizadas perguntas retóricas dirigidas a Lula acerca das afirmativas que ele fez:

- (25) Traído por quem, Presidente? Traído por quem? Por quais companheiros seus? Por que sonegou à nação o nome dos traidores? Por que se mantém, portanto, misturado com eles, já que não os denuncia? Por que não disse os nomes dos traidores no governo, fora do governo, nos partidos aliados, no seu partido, para, de uma vez por todas, distanciar-se dessa quadrilha e aproximar-se do coração da nação brasileira, readquirindo a condição de dialogar, de maneira ativa, com uma oposição que, cada vez menos, acredita na sua palavra ou faz fé no que Vossa Excelência declara? (L. 53 a 61).

A intenção da interrogação retórica não é que a pergunta seja respondida, mas deixar que o próprio ouvinte chegue à conclusão óbvia, que, no caso presente, é a de que o Presidente está envolvido com os traidores. A interrogação retórica também é o recurso utilizado no comentário do décimo parágrafo:

- (26) Mas desculpas por quê, Sr. Presidente? Se Vossa Excelência não sabia de nada; se Vossa Excelência tem combatido a corrupção, Presidente; se Vossa Excelência não tem dado trégua a corruptos, se Vossa Excelência está indignado, desculpas, por quê, Presidente? Será que Vossa Excelência deve mesmo desculpas à nação? Ou será que o senhor está pedindo desculpas à nação de maneira indevida? (L. 72 a 77).

O efeito é o de permitir que o ouvinte chegue a uma das duas respostas: que o Presidente pediu desculpas à nação apenas como encenação (sugestão já feita no discurso), o que reforçaria a característica de mentira construída em sua identidade pelo discurso sob análise, ou que o Presidente pediu desculpas à nação num ato falho, revelando então que realmente é culpado de alguma coisa.

Em vez de efetuar esse comentário em afirmações declarativas, o discurso opta pela interrogação retórica. Segundo Shaw (1978: 259),

[...] o propósito de semelhante interrogação, cuja resposta é evidente, é, em regra, o de produzir uma impressão mais funda no ouvinte (ou no leitor) do que aquela que se poderia obter mediante uma afirmação direta.

De fato, deixar que o próprio leitor chegue à conclusão inevitável (não necessariamente verdadeira) tem o efeito de imprimir maior força ao argumento.

A segunda característica da identidade do Presidente construída pelo discurso é, portanto, a de mentiroso, falso, também procurando desfazer o *ethos* de

credibilidade presidencial por meio da alegação da ausência da “condição de sinceridade” (Cf. Charaudeau, 2006: 120).

Uma metáfora é utilizada para desenhar uma imagem forte e agressiva de covardia para o Presidente Lula nas linhas 9 a 12:

- (27) Ao contrário, percebi um Presidente medroso, “**acoelhado**”, que não conseguiu olhar para dentro dos olhos dos telespectadores, não conseguiu olhar para dentro dos olhos da nação.

Aliada ao adjetivo “medroso” na mesma oração e à recorrência lexical do substantivo seguido de complemento nominal “falta de coragem” na linha 79, repetido nas linhas 140-141, o efeito dessa metáfora é dar à identidade de Lula as cores de uma pessoa covarde, medrosa, totalmente destituída de coragem. Com isso, ataca-se o *ethos* de caráter do Presidente, que caracteriza o *ethos* de identificação. A coragem é um atributo que faz parte do caráter na medida em “que dá a entender ao cidadão que o político que a possui saberá enfrentar a adversidade sem enfraquecer e sem ceder à demagogia” (Charaudeau, 2006: 143).

Por meio de um paradoxo, o Senador Arthur Virgílio cria uma ironia que desmoraliza ainda mais a imagem do Presidente, acentuando o aspecto já mencionado da falta de coragem, ao falar de seu olhar durante o discurso:

- (28) [...] talvez o tenha rebaixado para cima, porque não foi corajoso, “rebaixou-o” para o teto. (L. 14-15).

Abreu (2004: 132) define paradoxo como a reunião de “idéias contraditórias em uma mesma frase”. Ressalte-se que a ironia foi utilizada com parcimônia, considerando-se que seu uso abusivo pode criar antipatia no ouvinte.

Ainda quanto ao léxico, o adjetivo “lamentável” em “de modo **lamentável**” (L. 6); o substantivo “lengalenga” em “a **lengalenga** da Polícia Federal” (L. 39),

transmitindo a idéia de infantilidade e de repetição inútil, o adjetivo “pífio” em “O pronunciamento de V. Ex^a foi **pífio**, Presidente” (L. 81), com recorrência lexical em “sem nenhuma vontade que Vossa Excelência tivesse sido **pífio** como foi” (L. 82-83), e o substantivo “despreparo” em “Não me surpreende o **despreparo** do Presidente; surpreende-me a falta de coragem de Sua Excelência para superar as desvantagens que o seu **despreparo** acarreta para o país” (L. 140 a 142), também com recorrência lexical, podem ser agrupados como palavras que constituem uma figura triste e objeto de pena por ser fraca, infantil, incapaz. Mais uma vez é o *ethos* de credibilidade presidencial que se procura desconstruir, colocando em xeque a competência do Presidente.

Também é apontada como característica negativa do Presidente o afastamento da população brasileira. O discurso faz essa referência por meio de três metáforas, a primeira na linha 58: “e aproximar-se do coração da nação brasileira”. Se vai aproximar-se, trata-se de alguém que está longe do coração do povo, longe dos sentimentos do povo, não sabe o que o povo sente, não sabe o que o povo quer, é alguém que não ama o povo e que não é amado pelo povo. A segunda metáfora aparece nas linhas 156-157, “o Presidente Lula ter perdido o pênalti político da copa do mundo política da sua vida”, com recorrência lexical nas linhas 158-159, “Perdeu o pênalti político em um jogo decisivo da copa do mundo política da sua vida”, referindo-se ao momento decisivo do discurso do Presidente, considerado único como um pênalti pelo discurso sob análise, e que, afirma o Senador, foi desperdiçado. Por ser o futebol uma grande paixão brasileira, perder um pênalti tem o efeito de mostrar que o Presidente não corresponde aos anseios do povo. A terceira metáfora é “torcida” (L. 159, com recorrência lexical nas linhas 160 e 161), utilizada para representar a população, e que, junto com a metáfora

anterior, configura um *frame* de futebol. O adjetivo “imperdoável” que antecede “do ponto de vista dessa torcida” reforça o distanciamento entre o Presidente e o povo a que ele diz pertencer. Além disso, o fato de perder um pênalti configura inabilidade como jogador de futebol, havendo aqui uma transferência para o campo político, a esfera das decisões, da condução do país. Com isso, o discurso do Senador ataca também o *ethos* de credibilidade, por meio da argumentação de incompetência do Presidente.

O paralelismo é outro recurso de que o texto se utiliza e que contribui de forma expressiva, nos dois trechos abaixo reproduzidos, para fortalecer a imagem de um Presidente que deixou a desejar, mais uma vez desfazendo o *ethos* de credibilidade pela alegação de incompetência, estabelecendo um vínculo com o pensamento geral de que o governo petista desapontou tanto seus eleitores quanto seus opositores:

- (29) **Eu esperava** um Lula altivo, corajoso e não o encontrei. (L. 9).
- (30) **Eu esperava** um Presidente que tivesse falado às 9 horas e que não deixasse grassar [...] (L. 16-17).
- (31) **Eu esperava** um Lula que, dessa vez, não fosse Duda. (L. 26).³

Nesses trechos, o pretérito imperfeito desenha o pano de fundo de expectativa pelo discurso do Presidente, uma preparação para o sentimento derradeiro, a frustração, ou, em outras palavras, cria-se uma expectativa crescente e incansável, e que, a toda hora, é frustrada. Há uma intensificação iterativa anafórica (Cf. Shaw, 1978: 258) de “Eu esperava”, cujo efeito é o de reforçar a noção de esperança e expectativa expressa pelo verbo “esperar” (Cf. Cruzeiro, 1973: 90).

³ Fragmento do Exemplo 24.

Também no trecho transcrito a seguir ocorre paralelismo, dessa vez com repetição semântica em que o grupo constituído pelos verbos “queria”, “preferiria” e “gostaria” não é formado por sinônimos perfeitos, no entanto, os termos são “tão próximos, que o efeito reiterativo é do mesmo modo alcançado” (Cruzeiro, 1973: 105), havendo reforço, tal como no exemplo anterior, da idéia de esperança e expectativa:

- (32) **Eu queria que Vossa Excelência tivesse sido** convincente, **como** não conseguiu ser; **eu preferiria que Vossa Excelência tivesse sido** sincero, **como** optou por não ser; **eu gostaria de que Vossa Excelência tivesse sido** definitivo e arrasador a favor da verdade, **como** Vossa Excelência foi dúbio e cúmplice da mentira, que tem sido a grande mola destruidora do seu governo. (L. 83-88).

Aqui o texto demonstra a incapacidade do Presidente de corresponder às expectativas, mesmo quando a ele é dado um crédito, o benefício da dúvida, a confiança da oposição. Intensifica a já apresentada frustração e amplia o desapontamento com a atuação do Presidente Lula, estabelecendo uma comparação entre o que era esperado do Presidente e o que foi por ele apresentado, mas já não se trata de um problema de competência, e sim de uma questão de sinceridade. Está sob ataque o *ethos* de credibilidade presidencial, mas sob a ótica da seriedade, pois aparecem no texto antíteses que têm o efeito de marcar, mais uma vez, a característica de insinceridade e mentira que se pretende construir na imagem do Presidente Lula: entre os pares de adjetivos “convincente e sincero”/“dúbio e cúmplice” e entre os substantivos “verdade”/“mentira”.

Dando o efeito de agregar à identidade do Presidente Lula a incapacidade de presidir o país (ataque ao *ethos* de credibilidade – competência), é usada uma paráfrase:

- (33) [...] não consegue assumir sua posição **de liderança**, Deputado Nelson Proença, não consegue assumir sua posição **de comando**, não consegue assumir a posição **daquele que consiga dar um rumo ao país**. (L. 174-177).

A estrutura textual no discurso do Senador é muito importante porque, embora se trate de um discurso predominantemente monológico, interrompido por um aparte de outro Senador, em vários pontos ele se dirige ao Presidente Lula como se ele estivesse presente, como se estivessem em um diálogo direto, como se pode observar nos seguintes trechos, entre outros: “Vamos continuar assim, Presidente [...]?” (L. 42-43); “Traído por quem, Presidente? [...] ou faz fé no que Vossa Excelência declara?” (L. 53 a 61); “[...] não é verdade, Presidente?” (L. 64); “Mas desculpas por quê, Sr. Presidente? [...]” (L. 72).

Observe-se, no texto em análise, que, mesmo utilizando a forma de tratamento adequada na maior parte dos casos (“Vossa Excelência” ou “Sr. Presidente”) e sem vestígio de ironia, o locutor elimina a distância espacial e hierárquica ao se dirigir ao Presidente Lula como se estivesse dialogando frente a frente com ele, falando numa atitude de superioridade, ao cobrar uma ação não realizada ou uma postura que era esperada e a que não correspondeu o Presidente.

Em várias ocorrências de estrutura dialógica, o que se vê é reprimenda, admoestação, com a declaração dos erros cometidos: “Isso é desfaçatez de Vossa Excelência!” (L. 64-65); “O pronunciamento de Vossa Excelência foi pífio, Presidente.” (L. 81); “A crise se agrava, Sr. Presidente.” (L. 89). O tom de reprimenda reforça a atitude superior do Senador em relação ao Presidente. É a competência presidencial que é atacada, portanto, procura-se anular seu *ethos* de credibilidade.

Essa estrutura de diálogo em que aparecem críticas severas ao Presidente faz com que a hierarquia que situa o cargo presidencial acima do senatorial desapareça, atuando sobre as identidades tanto do Presidente quanto do Senador. Aí poderia ser ouvida uma voz fiscalizadora. Entretanto, o trecho constante

das linhas 83 a 88 sugere um desapontamento mais pessoal, que mais se assemelha ao de um professor com um aluno no qual depositava esperança de ainda se recuperar de um mau ano letivo:

- (32) Eu queria que **Vossa Excelência** tivesse sido convincente, como não conseguiu ser; eu preferiria que **Vossa Excelência** tivesse sido sincero, como optou por não ser; eu gostaria de que **Vossa Excelência** tivesse sido definitivo e arrasador a favor da verdade, como **Vossa Excelência** foi dúbio e cúmplice da mentira, que tem sido a grande mola destruidora do seu governo.

Por esse motivo, é possível dizer que a voz que prevalece é professoral, ainda que rígida, uma voz que contém em si tanto a voz policial quanto a voz fiscalizadora, cujo principal propósito é proferir seu parecer sobre o desempenho do aluno, comentando a atuação do Presidente de um ponto de vista superior. Decerto o uso dessa voz professoral ataca tanto a competência quanto o caráter presidencial, mas parece-nos que tem mais força o ataque moral que é feito à pessoa do Presidente, que fica como que colocada de frente para a parede, de castigo por mau comportamento: constitui-se um ataque ao *ethos* de “chefe” e, conseqüentemente, ao *ethos* de identificação, pois a construção que se faz é da imagem de Lula reprovado na lição de ser presidente.

Mas não se pode deixar de reconhecer a existência da voz policial, acusadora, nos seguintes questionamentos que são dirigidos ao Presidente da República:

- (26) Mas desculpas por quê, Sr. Presidente? **Se Vossa Excelência não sabia de nada; se Vossa Excelência não tem dado trégua a corruptos, se Vossa Excelência está indignado**, desculpas, por quê, Presidente? Será que Vossa Excelência deve mesmo desculpas à nação? Ou será que o senhor está pedindo desculpas à nação de maneira indevida? (L. 72 a 77).

No trecho transcrito, a combinação da utilização de questões ininterruptas com o uso da conjunção condicional, do operador argumentativo (“ou”) e da conjunção explicativa estabelece um tom de obtenção de informação. É utilizado

também o recurso da retorsão nas orações condicionais, negritadas, em que se faz uma réplica “utilizando os próprios argumentos do interlocutor” (Abreu, 2004: 52), que, no caso sob análise, são os argumentos que foram proclamados pelo Presidente no seu discurso. Ou, nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996: 231), “é um argumento que tende a mostrar que o ato empregado para atacar uma regra é incompatível com o princípio que sustenta esse ataque”. O discurso do Senador Arthur Virgílio procura mostrar exatamente que as desculpas do Presidente são incompatíveis (“indevidas”) com suas afirmações de ignorância dos fatos, de caça aos culpados e de indignação. O uso do recurso da retorsão aumenta a presença da voz de interrogatório presente no trecho. Claramente, o *ethos* de credibilidade é questionado nesse momento em que se coloca em dúvida a sinceridade e a honestidade das palavras do Presidente.

Destaque-se que o uso do pretérito imperfeito indica uma ação possível que não se concretizou, como em “esperava” (L. 9, 16 e 26) e “queria” (L. 83). Trata-se do aspecto do verbo, como apontam Cunha e Cintra (2001: 382), que é dado em função da conclusão ou do término da ação e que se revela nas formas perfeitas ou mais-que-perfeitas e nas imperfeitas.

O pretérito imperfeito pode também ser considerado o pano de fundo, o segundo plano do relevo narrativo, na concepção de Weinrich, apresentada por Koch (Cf. 2004: 39). O texto em tela, nos trechos “Eu esperava um Lula altivo, corajoso e não o encontrei” (L. 9); “Eu esperava um Presidente que tivesse falado às 9 horas” (L. 16) e “Eu esperava um Lula que, dessa vez, não fosse Duda” (L. 26) usa o verbo no imperfeito para abrir a narrativa a respeito do pronunciamento do Presidente da República. Mas o discurso sob análise não pode ser considerado como uma situação comunicativa do mundo narrado, já que ele apresenta uma

característica de tensão, de engajamento e de comprometimento própria do mundo comentado, não se tratando da atitude comunicativa de relaxamento que é típica do mundo narrado (Cf. Koch, 2004: 35-37).

A esse respeito, convém observar que, nos onze primeiros parágrafos, até a linha 88, o texto traz vários relatos do discurso do Presidente Lula, porém como fundamento para comentários que são tecidos, em outros períodos, pelo Senador Arthur Virgílio. É o caso da co-ocorrência do pretérito perfeito simples e de tempos do mundo comentado a que se refere Koch (2004: 41-42):

Somos de opinião que, quando a co-ocorrência do perfeito simples com tempos do mundo comentado não se dá dentro de um mesmo período, é possível considerar tais empregos como momentos narrativos dentro do comentário: introduz-se um relato para servir de base a um comentário posterior, ou faz-se o comentário, acrescentando-se, a seguir, um argumento ou uma exemplificação em forma de relato.

À exceção dos parágrafos 8 e 10, todos utilizam verbos no pretérito perfeito simples para narrar o referido pronunciamento ou eventos ligados a ele: “efetuado” (L. 3); “falou” (L. 5 e 49); “conseguiu” (L. 10 e 84); “tentou”, “tirou” (L. 12); “fixou”, “levou” (L. 13); “elevou” (L. 14), “foi” (L. 14, 27, 28, 81 e 87); “grassou” (L. 17); “fez” (L. 38 e 39); “agiu” (L. 40); “chegou” (L. 41); “tremi”, “arrepiei” (L. 42); “sonegou” (L. 54); “disse” (L. 56); “encenou” (L. 62); “aguardamos” (L. 81); “optou” (L. 85). São momentos narrativos dentro do comentário, pois todo o discurso do Senador Arthur Virgílio pode ser considerado como um extenso comentário acerca do pronunciamento feito pelo Presidente da República, como já se mencionou a propósito da presença de uma voz superior, professoral e como já dito acerca da situação comunicativa de engajamento percebida em seu discurso. Tais tempos verbais passados tratam de uma perspectiva retrospectiva em relação ao tempo zero do mundo comentado (o tempo presente), mundo que é preponderante no discurso sob análise, nos 11 primeiros parágrafos não tanto pela frequência com que

o tempo presente ocorre (cerca da metade de ocorrências em relação às ocorrências dos tempos do mundo narrado), mas pela tensão e pelo engajamento que o discurso apresenta por meio do léxico escolhido, das metáforas, da ironia, do paralelismo e paradoxo, conforme já apresentado.

Além disso, a recorrência à modalidade deôntica, observada claramente no uso do auxiliador modal “dever” em “**deveria** ter falado de improviso” (L. 5); “de modo lamentável, diminuindo o tom de sinceridade e espontaneidade que **deveria** estar contido na fala presidencial” (L. 6 a 8); “Ele **teria** hoje que ter denunciado a quadrilha, dando nome aos bois” (L. 35-36), onde o verbo “ter” funciona como sinônimo de “dever”, configura ainda mais o engajamento do discurso e tem o objetivo de anular o *ethos* de credibilidade do Presidente, por meio do estabelecimento de ações obrigatórias que ele não realizou. Veja-se o que diz Koch (2004: 85-86) a esse respeito:

Quando um locutor, ao produzir seus enunciados, recorre predominantemente às modalidades que se situam nos vértices superiores do hexágono de Blanché (A, E, U), seja qual for o eixo (alético, epistêmico, deôntico, axiológico), o discurso apresenta-se como autoritário: é o campo da necessidade, da certeza, do imperativo, das normas. O locutor procura manifestar um saber (explícito ou implícito) e obrigar o interlocutor a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro. Tem-se, aqui, o grau máximo de engajamento do locutor e a intenção de impor ao alocutário os seus argumentos, apresentando-os como incontestáveis (eu sei, portanto, é verdade).

E o Senador sabe, como se vê pela oração adjetiva explicativa “O Presidente fez uma prestação de contas falsa, **que não cabia.**” (L. 38). Esse período pode ser considerado um resumo dos comentários acerca do pronunciamento presidencial: nada do que foi dito é admissível, o Presidente não é digno de crédito (confronto direto com o *ethos* de credibilidade presidencial).

Esses aspectos reforçam a posição de superioridade que o Senador adquire no discurso e dão embasamento à idéia da decepção de um tutor (o

Senador) em relação ao tutelado (o Presidente). Conforme será visto adiante, essa idéia se coaduna com o papel que a oposição assume no discurso em tela.

Da linha 89 até o fim do discurso predominam os verbos do modo indicativo no tempo presente e no futuro do presente, próprios do mundo comentado.

A intertextualidade é fundamental nesse discurso porque todo ele é construído em cima do que foi dito no pronunciamento presidencial, com ligeiras alterações nas palavras do Presidente Lula que permitiram trabalhar os efeitos de modo a construir a identidade do Presidente sobre uma base de mentira, falsidade, medo, fraqueza, covardia, incapacidade.

Cabe ressaltar que se está falando de uma intertextualidade *stricto sensu* e, ademais, explícita, de acordo com o que postula Koch (2004: 145-146):

A intertextualidade *stricto sensu* ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (*domínio estendido de referência*, cf. Garrod, 1985) dos interlocutores.

A intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto, como acontece nas citações, referências, menções, resumos, resenhas e traduções, na argumentação por recurso à autoridade, bem como, em se tratando de situações de interação face a face, nas retomadas do texto do parceiro, para encadear sobre ele ou contraditá-lo.

O que ocorre no discurso do Senador Arthur Virgílio são discursos diretos e indiretos, com paráfrases e resumos das palavras pronunciadas pelo Presidente Lula, retomando seu texto – não fielmente, mas efetuando transformações –, e sobre ele fazendo encadeamentos com objetivo de comentá-lo.

Por exemplo, na linha 39, por meio de um discurso indireto com o verbo de elocução “repetiu”, o texto transforma o que foi dito pelo Presidente por meio do vocábulo “lengalenga”, infantilizando o discurso de Lula e desqualificando o que foi dito acerca da Polícia Federal, o que é reforçado por “não sei quantas ações”, que

vem logo a seguir, implicando a idéia de que não importa a quantidade de ações que tenha sido afirmada, a declaração não é real ou não é digna de ser levada em consideração.

É importante notar como a transformação do texto original tem um efeito desmoralizante na identidade do Presidente e da própria ação policial, conseqüentemente, do governo. O que foi efetivamente dito pelo Presidente Lula?

- (34) Meu governo, com as ações da Polícia Federal, está investigando a fundo todas as denúncias. Determinei, desde o início, que ninguém fosse poupado, pertença ao meu partido ou não, seja aliado ou da oposição. Grande parte do que foi descoberto até agora veio das investigações da Polícia Federal. (Discurso do Presidente Lula, p. 38, L. 62-66).

Nada sobre quantidade de ações realizadas. Nada sobre nunca ter agido tanto contra a corrupção. No entanto, o discurso do Senador Arthur Virgílio está dialogando também com outros discursos, não só do Presidente Lula, mas de líderes governistas, em que realmente tais afirmações foram feitas. Aqui já não se trata mais da presença da intertextualidade explícita, mas da intertextualidade implícita. A esse respeito, Koch (2004: 146) destaca:

Em se tratando de intertextualidade implícita, o que ocorre, de maneira geral, é que o produtor do texto espera que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva, visto que, se tal não ocorrer, estará prejudicada a construção do sentido, particularmente no caso da subversão.

No caso presente, será importante que o leitor/ouvinte recupere a memória discursiva do texto-fonte governista se ele registrar o fato de que as palavras que o Senador atribuiu ao Presidente não foram, na realidade, ditas no discurso ao qual ele se refere. Mas, no caso de a audiência não fazer esse registro, não é relevante que ela faça a distinção de o texto-fonte ser do Presidente ou dos seus aliados.

Entretanto, vale salientar que, aproveitando o diálogo com o discurso presidencial, as palavras do Senador procedem à reativação de outros pronunciamentos governamentais, não se atendo apenas ao que foi estritamente dito pelo Presidente. Aliás, o verbo “repetir” utilizado como verbo *dicendi* já antecipa que aquele discurso não é novo na boca do Presidente.

Constata-se, do que se expôs, que foi construída uma identidade para o Presidente Lula de inconfiável, falso, farsante, mentiroso, covarde, medroso, fraco, infantil, fútil, vaidoso, decepcionante, frustrante, inabilidoso, incapaz, falho, hesitante, inseguro, com a superposição de uma imagem hierarquicamente inferior à do orador, de um aluno, um aprendiz que ainda não conseguiu aprender suas lições, que ainda titubeia, falha e desaponta seus superiores. O discurso do Senador Arthur Virgílio agiu tanto na desconstrução do *ethos* de credibilidade do Presidente, por meio do ataque à seriedade (especificamente à sinceridade) e à competência de Lula, quanto do *ethos* de identificação, procurando atingir o caráter e a posição hierárquica presidencial.

B) Imagem do Governo

Recursos semelhantes aos utilizados para construir a identidade negativa do Presidente trabalham uma imagem negativa do governo.

Quanto ao léxico, “corrupção” (L. 20); “espúria”, “caixa dois”, “irregular” (L. 21); “subtraído” (L. 22) e “quadrilha” (L. 31, 32, 33, 36, 58) marcam a idéia de crime por recorrência lexical e por oposição a “honrados” (L. 32), “honradas” (L. 33) e “honrada” (L. 34). Temos ainda “roubalheira” (L. 43); “impunidade” (L. 44); “polícia”

(L. 50 e 51); “falcatruou” (L. 51); “indigitados” (L. 66); “igreja clandestina” (L. 106); “corruptos jurados” (L. 107); “corruptos” (181) e “delitos” (L. 188), com o efeito de apresentar o governo, essencialmente, como criminoso, ladrão e corrupto.

Os vocábulos “inércia” e “passividade” (L. 187) acrescentam a idéia de um governo apático quando precisa ser ágil e o substantivo “hiperatividade” (L. 187) associado a “erro” (L. 188) constrói a noção de um governo patologicamente ativo quando se trata de errar.

Em “a **desgraça** do seu governo” (L. 66), “**grande mola destruidora** do seu governo” (L. 88) e “**destrói** a credibilidade deste governo” (L. 150-151), o substantivo “desgraça”, a expressão “grande mola destruidora” e o verbo “destrói” têm o efeito de criar a imagem de um governo que já está aniquilado, sendo as duas últimas palavras próprias do ambiente de batalha, o que dá ao texto o tom de embate entre dois oponentes.

O discurso utiliza algumas metáforas para retratar aspectos negativos do governo, conseguindo, assim, apresentar as idéias de forma expressiva, inesperada, e, ao mesmo tempo, sintética, como, por exemplo, nas linhas 30-31:

- (35) [...] realidade que já está **jurisprudenciada** no coração do país, de que uma quadrilha tem funcionado no seu partido [...]

Nesse trecho se consegue, por meio do uso do verbo “jurisprudenciar” deslocado de seu contexto jurídico para o “coração do país”, representar, de forma sucinta, que o país já sabe, instintivamente e sem sombra de dúvida, que o governo do PT rouba.

Nas linhas 67-68, a metáfora “não virar escola, mas peteca” confere impacto ao relato do desvio de dinheiro permitido pelo governo, dando um caráter de diversão e descaso com o dinheiro público:

- (36) Indignados estão os brasileiros contribuintes, que vêem o dinheiro dos seus impostos **não virar escola, mas peteca** nas mãos dos Marcos Valérios, dos Dudas Mendonças e de outros. (L. 66 a 69).

Nesse mesmo período, há também duas metonímias, com os nomes próprios sendo utilizados com efeito de significar um conjunto de pessoas que praticam ações ilegais, porém com muito mais ênfase e expressividade: “[...] nas mãos dos **Marcos Valérios**, dos **Dudas Mendonças** e de outros.” (L. 68-69). A esse respeito, é oportuno lembrar o que diz Martins (2003: 102): “Embora não apresente o imprevisto da metáfora, a metonímia, pela sua concisão, faz ver rapidamente os fatos em sua essência, daí a sua força expressiva e o seu teor emocional”.

O texto usa ainda a metáfora “grande massa falida moral” (L. 153) em relação ao governo, referindo-se de maneira jocosa e singular à falta de moralidade como sua característica marcante.

Pelo recurso do paralelismo, o texto intensifica em dois momentos o aspecto criminoso que permeia o governo. O primeiro trecho vai da linha 29 a 35:

- (36) Eu esperava um Presidente que, com muita clareza, aceitasse a realidade que já está jurisprudenciada no coração do país, de que **uma quadrilha tem funcionado no seu partido contra** a maioria esmagadora de petistas **honrados**. **Uma quadrilha tem funcionado no seu governo contra** as pessoas **honradas** que possam caber no seu governo. **Uma quadrilha tem funcionado em partidos aliados seus contra** a maioria **honrada** de pessoas integrantes dos partidos aliados do Presidente da República.

Nesse caso, fica explicitado não só que existe uma quadrilha, como o fato de que ela tem funcionado, tanto no seu partido, como no governo, como nos partidos aliados seus, ainda que em todas essas instâncias existam pessoas honradas, como o discurso faz questão de destacar. Nem todas essas pessoas honradas conseguiram impedir o funcionamento da quadrilha, ou seja, o texto usa o reconhecimento da existência de qualidades no governo (a honradez) para realçar a incapacidade do governo (e do partido) de lidar com o quadro de corrupção que se

apresenta. Trata-se da repetição de uma estrutura em que varia o adjunto adverbial de lugar. Aqui tem relevância o que intui Cruzeiro (1973: 91) em relação à repetição do caracterizador:

[...] mesmo ligado a suportes vários, resulta geralmente a acentuação do sentido por ele expresso. Sendo sobretudo uma intensificação genérica, parece, no entanto, que cada grupo por si beneficia também do reforço.

Se fizermos uma transposição para a repetição da estrutura “uma quadrilha tem funcionado” no lugar do caracterizador ao qual se refere Cruzeiro, podemos encontrar uma intensificação genérica do sentido (o funcionamento da quadrilha) e uma intensificação particular para cada grupo ao qual ele se aplica: “no seu partido”, “no seu governo”, “em partidos aliados seus”.

O outro trecho em que o paralelismo é usado como recurso de intensificação vai da linha 42 à linha 45:

- (37) Vamos continuar assim, Presidente, **com esse quadro de roubalheira desenfreada, com esse quadro de impunidade desenfreada, com esse quadro desenfreado** de tentativa de se impedir as investigações?!

Além de insistir no aspecto criminoso que permeia o governo, com roubalheira e impunidade, acrescenta-se a obstrução da justiça, tudo isso intensificado pela recorrência parcial de “desenfreada”, que por si só é um vocábulo que transmite a idéia de que se soltou o freio em uma ladeira, de que a velocidade vai aumentando a cada segundo. Contribui para esse efeito também a coordenação assindética, que dá ritmo de crescimento de um quadro negativo que o governo não consegue controlar, tal como aponta Martins (2000: 137) : “A construção assindética [...] é mais ágil, sugere a simultaneidade ou a rápida seqüência dos fatos”.

Pelo mesmo motivo, a coordenação assindética também é importante nas linhas 56 e 57, entre os adjuntos adverbiais “no governo, fora do governo, nos

partidos aliados, no seu partido”, com o efeito de causar a impressão de que os traidores estão em toda parte, mais uma vez fora do controle do governo.

O discurso procura estabelecer a identidade de um governo associada a criminalidade, corrupção, roubo, inércia, passividade, incompetência, imoralidade, descontrole, impunidade e incapacidade.

C) Identidade do Partido dos Trabalhadores

Quanto ao Partido dos Trabalhadores e seus filiados, o discurso se refere a eles com ironia, dando um caráter de inquietude irresponsável e leviana ao seu procedimento:

- (38) Se fosse o PT na oposição, a palavra de ordem seria *impeachment*, e estariam os passeateiros criando varizes nas pernas ao exercitarem o seu jeito trêfego de ser. Como não somos assim, não tratamos como uma ida a uma sorveteria algo grave como um *impeachment* [...] (L. 89 a 92).

Nesse trecho, o discurso trabalha com a hipótese de estar o PT na oposição, desenhando um quadro em que os militantes estariam fazendo passeatas nas ruas em defesa do *impeachment* do Presidente. Ao traçar esse quadro hipotético, o texto usa palavras de desdém, desqualificando o tipo de manifestação mais comum utilizado pela militância petista: “passeateiros”, mais uma criação de palavra nova introduzida pelo discurso, dando uma imagem de atividade tão usual que vale quase como profissão; “criando varizes nas pernas”, frase em que entra o aspecto da ironia, sugerindo que os antigos opositores, de tanto fazer passeatas por qualquer motivo, mesmo insignificante, já estão sofrendo as conseqüências colaterais, as varizes nas pernas. Essa frase também tem o efeito de associar a manifestação corriqueira da passeata a uma doença. “Ao exercitarem seu jeito

trêfego de ser” completa a ironia e estabelece que tal modo de ser é inerente aos militantes do PT.

A intenção, no início desse parágrafo, é expor ao ridículo o partido adversário, procurando mostrar que seu comportamento quando fazia parte da oposição sempre foi excêntrico, sempre contrariou a lógica e o bom senso da sociedade (Cf. Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996: 233-238), tanto que, mesmo estando na oposição no momento atual, o PSDB se recusa a agir como o PT.

É aí que se introduz a comparação “Como não somos assim”, com a função de marcar a diferença entre a oposição responsável que se faz agora e a que fazia o PT, comparada, mais uma vez com o uso da ironia, a outra atitude infantil, leviana e inconseqüente: “não tratamos como uma ida a uma sorveteria algo grave como um *impeachment*”.

As ironias utilizadas nesse trecho têm impacto forte porque são bastante claras quanto a aspectos muito evidentes e recentes da militância do Partido dos Trabalhadores: as manifestações de rua, as passeatas, os gritos, os cartazes e as pichações de “Fora FHC!” nos tempos do governo que antecedeu o do Presidente Lula. Como ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996: 236): “A ironia fica ainda mais eficaz quando é dirigida a um grupo bem-delimitado”.

Também no parágrafo comentado anteriormente, no item relativo à imagem do governo, faz-se referência ao PT, com utilização do mesmo recurso de paralelismo:

- (36) Eu esperava um Presidente que, com muita clareza, aceitasse a realidade que já está jurisprudenciada no coração do país, de que **uma quadrilha tem funcionado no seu partido contra** a maioria esmagadora de petistas **honrados**. **Uma quadrilha tem funcionado no seu governo contra** as pessoas **honradas** que possam caber no seu governo. **Uma quadrilha tem funcionado em partidos aliados seus contra** a maioria **honrada** de pessoas integrantes dos partidos aliados do Presidente da República. (L. 29 a 35).

Conforme mencionado, a intensificação do sentido expresso por “uma quadrilha tem funcionado em partidos aliados seus” contraposto à recorrência parcial de “honrados” é tanto genérica quanto particularizada para cada um dos adjuntos adverbiais aos quais se aplica, não sendo por acaso que o primeiro deles é “no seu partido”.

Ressalte-se a referência à “maioria esmagadora de petistas honrados”. Em que pese a aparência de elogio, o efeito é o inverso: ou uma “maioria esmagadora de petistas honrados” não foi capaz de deter o funcionamento de uma quadrilha dentro do partido, isto é, a maioria é honrada, mas é inepta, ou a avaliação do Senador foi por demais benevolente, e a maioria esmagadora de petistas não é honrada. Assumindo que a primeira hipótese é a mais provável, pois a identidade do Senador não é compatível com o erro – como será visto adiante –, podemos constatar que a identidade que se deseja construir para o Partido dos Trabalhadores é a de um partido leviano, inconseqüente, infantil, irresponsável e inepto.

D) Papel da Oposição

A oposição é destacada como aquela que vigia, portanto que está em patamar superior, fiscalizando. Os vocábulos “vigília cívica” (L. 82) e “a luta e a vigilância” (L. 186) são utilizados em relação ao papel da oposição.

Fica bem marcada a diferença da oposição atual em relação à oposição que anteriormente foi feita pelo PT, nas linhas 89 a 92, como já visto no item anterior em relação aos “passeateiros”: a oposição atual é considerada responsável,

preocupada com a estabilidade do país acima de suas próprias aspirações. Isso é reforçado nas linhas 109 a 115:

- (39) **Se fôssemos o PT**, a palavra de ordem seria *impeachment*. **Como não somos**, a palavra de ordem é – embora não deixemos de cogitar até essa hipótese – analisarmos profundamente todas as implicações jurídicas, políticas, econômicas e sociais inerentes a esse caso grave, para, ao fim e ao cabo, tomarmos uma atitude que seja das oposições mais do que do PSDB; da nação mais do que das oposições; tanto da sociedade quanto deste país, que tanto amamos, chamado Brasil.

Primeiro, usa-se a oração condicional “Se fôssemos o PT”, com a sua conseqüência, “a palavra de ordem seria *impeachment*”. Em seguida, abre-se um novo período usando a comparação para marcar o distanciamento do PT e colocando a oposição no papel daquele que vai analisar os fatos para então decidir sua atitude: o fiscal, o juiz ou, mais adequado ainda, o professor, que tanto fiscaliza quanto avalia e age. Essa interpretação se harmoniza com o tom de reprimenda decepcionada que está contido no texto.

E) Abordagem da Crise

Embora a crise esteja intrinsecamente ligada ao desempenho do governo, há uma distinção quando se fala explicitamente da crise e quando se fala da corrupção dentro do governo. A crise é tratada como um evento em si mesma, que diz respeito ao governo, mas que é mais ampla do que ele, mesmo porque não está ainda inteiramente esclarecida. A crise é um efeito dos acontecimentos descobertos dentro do governo e que são citados pelo discurso, mas assume uma personalidade própria, envolvendo questões mais amplas e mais antigas, riscos para o país e gerando perspectivas ainda incertas quanto às suas conseqüências. Por esse

motivo, a abordagem da crise se constitui num tópico à parte, embora ligado à imagem do governo e à identidade do Presidente.

No que diz respeito ao léxico, a palavra “crise” em si é a primeira escolha marcante, sendo utilizada num total de 17 vezes. Associada a ela, o adjetivo usado para qualificá-la é “grave”, com nove recorrências, delineando um quadro de dificuldades e de seriedade.

“Eu vejo a crise **com olhos duros**” (L. 118-119) traz uma metáfora que apresenta a necessidade de se levar a sério o quadro de crise que se tem pela frente, em oposição ao suposto pensamento do Presidente e de seus seguidores de que “tudo está bem”, numa referência a um otimismo leviano do Presidente e do governo.

Em seguida, o discurso utiliza o paralelismo de estruturas comparativas, com as recorrências lexicais já mencionadas dos vocábulos “crise” e “grave” acompanhados de advérbios de intensidade que começam com uma intensificação (“menos”, L. 119; “muito”, L. 121; “mil vezes mais”; L. 121), voltam com um decréscimo de ênfase (“mais”, L. 123 e 126; “menos”, L. 129) e no fim aumentam a intensidade (“muitíssimo mais”, L. 131), concluindo que “esta crise, seguramente está entre as mais graves que o país viveu ao longo da sua história republicana” (L. 135-136). Tal alternância de intensidade demonstra que as crises não seguem um padrão, são instáveis, revezam-se em gravidade, mas a conclusão é objetiva: a crise atual está entre as piores.

Paralelismo similar é utilizado no final do discurso e tem o efeito de causar a sensação de que a crise está-se agravando, conforme já dito na linha 89 do discurso, ao iniciar a abordagem da crise:

- (40) O Brasil hoje fica mais inquieto do que ontem, meu prezado Presidente Roberto Freire. O Brasil fica mais inquieto hoje do que ontem. O Brasil mergulha mais nas trevas do que ontem [...] O Brasil se adensa no fosso da dúvida, da inquietação mais hoje do que ontem e espero que mais hoje do que amanhã. (L. 164 a 170).

Outro paralelismo gera o mesmo efeito de dar a impressão de que a crise se agrava dia após dia:

- (41) **Pensei que** o problema do Okamoto fosse o último, **aí vem** o do Duda; **pensei que** o do Duda ia durar pelo menos uma semana, Senador José Agripino. Não durou 12 horas, porque, depois, **veio** o do Valdemar Costa Neto. (L. 145 a 147).

E, na conclusão desse parágrafo, um jogo de palavras leva o ouvinte/leitor a enxergar uma roda sem fim de crises:

- (42) Não sei até quando o país tolerará a **véspera** da **próxima** crise e, depois, a do dia **seguinte**, o *day after* da **última** crise. (L. 148-149).

As palavras grifadas (“véspera”/“próxima”/“seguinte”/“última”) exercem um efeito de contraste, que pode até tornar difícil o entendimento imediato da frase, mas causam a compreensão instintiva do círculo vicioso em que se encontra a crise.

F) Identidade do Orador

Algumas frases do texto cujo sujeito é o orador expressam sua atitude e posicionamento de forma clara: “Eu vejo a crise com **olhos duros**.” (L. 118-119), metáfora que remete à seriedade e rigidez de princípios e de avaliação do orador; “[...] **não** estou aqui, de nenhuma forma, **alegre ou regozijado** com o rumo que as coisas tomam no país.” (L. 138 a 140), em que a negação dirigida aos predicativos do sujeito “alegre” e “regozijado” evidencia que, ainda que de oposição, ele preferiria que o país estivesse sendo bem governado, pelo bem da população.

Vale ressaltar que os sujeitos mais freqüentes em todo o discurso são “O Presidente” (10 ocorrências) e “eu” (11 ocorrências), o que marca claramente uma contenda em que os personagens principais são o orador e o Presidente da República. Levando isso em consideração e o que foi visto em relação à voz de reprimenda contida no discurso, pode-se perceber na identidade do orador a imagem de um professor vigilante, austero, sério, incansável, rígido em seus princípios e disciplinador. O papel do professor é bem apropriado porque contrasta com a imagem de um Presidente cuja principal fraqueza apontada é a falta de estudos.

Mas o que constrói de maneira mais forte a identidade do orador é o conjunto de seu discurso. Seu texto é muito rico sintaticamente em termos de diversidade.

De acordo com Martins (2000: 129):

Na sintaxe, quem fala ou escreve escolhe entre os tipos de frase, obedecendo a um número mais ou menos restrito de regras rígidas. À dupla escolha do padrão sintático e do léxico corresponde a criatividade da frase, tendo o falante a possibilidade de produzir, em número infinito, frases novas e compreensíveis.

Saliente-se que é a frase que veicula os valores expressivos em potencial nas palavras, as quais, somente nela, têm o seu sentido explicitado e adquirem o seu tom particular – neutro ou afetivo.

O texto traz uma combinação de períodos compostos tanto por coordenação, com orações sindéticas e assindéticas, como por subordinação, com uso de orações adjetivas, substantivas, adverbiais e reduzidas. Na coordenação, as orações são independentes, em termos de construção, umas das outras, enquanto que na subordinação a relação entre as orações é mais estreita. A coordenação, em geral, dá mais ritmo ao texto, ao passo que a subordinação, por outro lado, especialmente

[...] a construção de um período mais longo, em que predomine a subordinação, em que as idéias apareçam adequadamente relacionadas, requer maior domínio da língua, maior trabalho de raciocínio (Martins, 2000: 140).

Com a presença dos dois tipos de construção no texto, o discurso do Senador Arthur Virgílio apresenta tanto as qualidades associadas à agilidade quanto as de encadeamento lógico de pensamento.

Há também alguns períodos simples no início de parágrafos (L. 53; L. 70; L. 81; L. 89), ora exercendo o papel de manchetes de notícias de jornais, ora iniciando um diálogo fictício com o Presidente com o uso de um vocativo.

Vimos que há extenso uso de metáforas e metonímias, vários paralelismos dando ritmo ao texto, vocábulos incomuns e algumas criações de palavras novas (“marqueteado”, L. 6; “acoelhado”, L. 10, “passeateiros”, L. 90).

Esse conhecimento vocabular e de estrutura gramatical, a agilidade de pensamento, de raciocínio e a exposição de idéias bem encadeadas em períodos longos constroem discursivamente a identidade de um orador inteligente, priorizando um dos *ethos* de identificação apontados por Charaudeau (2006: 145), o *ethos* de inteligência, que “faz parte dos *ethé* de identificação na medida em que pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim os faz aderir a ele”.

Outro *ethos* de identificação que transparece no texto sob análise é o de caráter, e o discurso do Senador Arthur Virgílio incorpora em sua identidade as três variantes que constituem tal *ethos*: “A *vituperação* que brada, critica e indigna-se ao exprimir-se aos “berros” (Charaudeau, 2006: 140, grifo do autor), onde “o berro é dominado, ele testemunha uma indignação pessoal e provém de um julgamento da mente, que tem necessidade de ser expresso com força” (*Idem, ibidem*); a

provocação, “feita com declarações que têm por fim único fazer alguém reagir” (*Ibidem*: 141), como em “Traído por quem, Presidente? Traído por quem? Por quais companheiros seus? Por que sonegou à nação o nome dos traidores? Por que se mantém, portanto, misturado com eles, já que não os denuncia?” (L. 53 a 56), onde o objetivo é fazer com que o governo revele nomes; e a polêmica, negação de argumentos dos adversários usual nos debates, mas que “visa menos às afirmações do outro e mais à própria pessoa do adversário, na medida em que questiona – na verdade, acusa – sua moralidade” (*Ibidem*: 142), como nas linhas 64-65, “Isso é desfaçatez de Vossa Excelência!”.

Tudo isso constrói a imagem de um orador vigilante, firme, dinâmico, atuante, incansável, batalhador, combatente, inteligente e de caráter, com a sobreposição da postura de um professor rígido, que ensina e cobra resultados.

3.5 GOVERNO x OPOSIÇÃO: TÁTICAS DE COMBATE

Estabeleceremos aqui as comparações entre as estratégias de argumentação utilizadas pelo governo e pela oposição nos discursos sob análise, comparando o uso dos recursos lingüísticos nos textos e seus efeitos no nível de construção de identidades e de relações com o público ouvinte. Analisaremos também que tipos de funções mentais (crenças e valores) subjazem aos textos e, conseqüentemente, qual é o papel da reflexividade na prática discursiva em questão.

Nas relações entre o Estado e a população, especialmente durante as crises políticas, os pronunciamentos presidenciais pretendem garantir a paz social,

embora funcionem melhor quanto mais houver ações efetivas para corroborar as palavras ditas. Claro que isso também depende do que será divulgado pela imprensa e do enfoque que será dado a cada uma das partes, oposição e situação. E é por não ter o controle do que será publicado na mídia e por não ter o poder para determinar um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e de televisão quando desejar que o parlamentar de oposição procura aproveitar seu horário televisionado durante o tempo de sessão, seu tempo por direito de ser ouvido, para falar à população e, assim, divulgar as opiniões dos adversários da política implantada e apresentar as propostas encaminhadas, veiculando outros pontos de vista, alertando o público para aquilo que pode ser enganoso, persuadindo a platéia a aderir a suas idéias, enfim, argumentando.

A argumentação entre o governo e a oposição tem o funcionamento semelhante ao de um diálogo, razão pela qual a intertextualidade, amplamente considerada, está presente, quer seja explícita, como no caso do discurso do Senador Arthur Virgílio, quer seja na forma de polifonia, no sentido dado por Koch (2004: 140) de “incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivos – ao interlocutor(es), a terceiros ou à opinião pública em geral”, como é o caso do pronunciamento do Presidente Lula, que em momento algum quer fazer parecer que está respondendo a acusações, mas acaba por se referir à crise que já foi referida anteriormente por todo o noticiário nacional, pelos seus opositores, pelos repórteres, pelos seus eleitores e por todos os cidadãos. Seu pronunciamento é o primeiro depois que a série de denúncias contra seu governo e seu partido começaram a surgir, e a intenção principal, entranhada em toda a enumeração de êxitos governamentais, é abordar a crise e assegurar que tudo está sob controle.

O que se quer destacar agora é que a intertextualidade é a primeira tática, ou o primeiro mecanismo em comum nos discursos analisados, e, ao mesmo tempo, é a primeira diferença: enquanto que no discurso oposicionista ela é explícita, marcada, para ela se chama a atenção, no discurso presidencial ela só existe porque é inevitável, porque faz parte de um diálogo político, mas a intenção é que não apareça a voz da oposição nesse pronunciamento. A razão é evidente: a conjuntura da crise, em que não se quer que tudo que vem sendo dito pelos adversários tome corpo e seja mais uma vez lembrado.

Outro aspecto a ser comparado é a utilização do léxico como instrumento argumentativo. Note-se que esse é um recurso básico nos dois textos, contribuindo bastante para a construção do sentido de cada um. Mas o funcionamento das escolhas lexicais é diferente, isso porque a própria escolha lexical é distinta.

No pronunciamento do Presidente Lula, tem-se uma escolha de vocábulos mais simples, de uso mais comum, de maior abrangência, de fácil compreensão, de significado amplo. São utilizadas palavras que remetem ao imaginário popular, mas que não têm significado preciso, como “progresso” (L. 11), “justiça social” (L. 12), “revolução” (L. 36), ao lado de outras do dia-a-dia do brasileiro, tais como “inflação” (L. 17), “carteira assinada” (L. 24), “desconto em folha” (L. 37).

Já no discurso do Senador Arthur Virgílio, a escolha lexical é quantitativa e qualitativamente rica, usa-se um espectro ampliado de vocabulário, com três criações de palavras (“marqueteado”, na linha 6, “acoelhado”, na linha 10, “passeateiros”, na linha 90), há mais jogos de palavras, com oposições de antíteses (“verdade”/“mentira”, linha 87; “véspera”/“seguinte”, linhas 148-149), mais recorrências lexicais de palavras-chave (como “crise”, repetida 17 vezes).

Tal diferença na escolha lexical acarreta efeitos diversos na construção das imagens de orador e nas relações estabelecidas com o público ouvinte, como se verá adiante.

O pronunciamento do Presidente Lula utiliza-se, ainda, de alguns outros recursos lingüísticos, mas em menor escala. Num pequeno retrospecto, alguns dos principais recursos lingüísticos selecionados foram: frases declarativas, marcações espaço-temporais, modalizadores epistêmicos, expressões quantitativas e modalizadores de obrigatoriedade (deônticos).

Essa também pode ser considerada uma diferença entre os dois textos, uma vez que, no discurso do Senador Arthur Virgílio, conforme visto, maior variedade de recursos lingüísticos são de relevância para a construção do sentido do texto, além da seleção lexical e da intertextualidade. Vale a pena lembrá-los: metáforas, metonímias, paralelismos, ironias, *frames*, vocativos com uso do pronome de tratamento, retorsão, modalizadores deônticos, perguntas retóricas, tempos verbais, comparações, recorrências lexicais, estruturas sintáticas.

O uso criativo do léxico diversificado contribui para a formação de um *ethos* de inteligência para o Senador Arthur Virgílio, ao passo que o uso simplificado de um léxico também simplificado é construtor da identidade de homem do povo do Presidente da República.

Advindo da presença/ausência desse *ethos* de inteligência na imagem de cada um, tem-se que o Senador procura estabelecer com seus ouvintes uma relação de admiração, em que podem ver nele alguém de tino, de capacidade intelectual superior, alguém que pode compreender seus problemas e apresentar soluções para eles e, assim, representá-los bem, ainda que numa relação superior; enquanto

que o Presidente seria uma pessoa que estabelece uma relação num nível mais igualitário, alguém que estaria apto a representar seus ouvintes pelo fato de ser como eles, de saber de seus problemas no nível da experiência e, assim, pode ser alguém que irá, efetivamente, lutar para resolvê-los.

Da perspectiva do governo, toda a identificação que se pretende gerar com o Presidente Lula, procurando fazer com que o povo se reconheça nele, com que perceba no Presidente um semelhante, um igual, porém um igual que chegou ao poder, que tem os meios de fazer a situação mudar, que tem toda a vivência de ser humilde, de ser trabalhador, de ter necessidades básicas não satisfeitas e que agora tem a possibilidade de preencher as lacunas sociais para melhorar a vida daqueles que são como ele já foi um dia, tem o objetivo de conduzir o público a, pela via da emoção, se sentir afinado com o Presidente da República. Mesmo em face da crise, ele é um ser humano que procura acertar. Se houve erro, não foi dele, mas ele vai tomar providências. Lula é um homem como todos os homens, mas ele é um forte, ele vai sobreviver, como fez até hoje, e vai vencer. Essa é a mensagem que tem de ficar no coração dos que o ouvem, que tem de sensibilizar os eleitores na hora de escolherem o Presidente.

Da ótica da oposição, é preciso destruir esse Presidente tão próximo da população, desvincular a imagem de Lula do povo brasileiro. É perceptível o esforço que se faz para demonstrar que ele está afastado da população brasileira, que ele não sabe mais o que é ser brasileiro, mas esse caminho é o mais difícil. É por isso que o esforço aí é concentrado, é por isso que a maior artilharia está voltada para a destruição da sua imagem, para o esfacelamento da sua figura pública, para o rompimento do vínculo que a população tem com ele. É por isso também que se ataca por dois lados. De um, ainda que o Presidente seja confiável, bem-

intencionado, trabalhador, o que ele é efetivamente capaz de fazer se está cercado de ladrões, incompetentes, desonestos, aproveitadores? De outro, procura-se mostrar que, se todos os que cercam o Presidente são assim, ou ele é tolo, por demais ingênuo, num nível inaceitável para um Presidente da República, ou ele não é tão inocente como aparenta. Ainda que não se comprove nada disso, é possível que fique a sugestão da dúvida, a incerteza na mente do eleitor. O discurso da oposição trabalha preponderantemente na razão do público, procura fazer o ouvinte enxergar a realidade, mas também ressoa no seu coração: você realmente confia num tolo?

Em resumo, os fenômenos mentais que são trabalhados nos dois discursos são os seguintes: o pronunciamento do governo trabalha na construção de uma imagem de credibilidade, de eficiência e de competência, mostrando ter à frente, na Presidência, um homem identificado com o povo (e procurando fazer com que o povo se identifique com ele), que sente o que a população sente e que sabe de que a população tem necessidade, com capacidade de liderança, honesto e firme. A crise por que passa o país e pela qual o partido a que pertence o Presidente da República é acusado de ser o grande responsável é apontada como suprapartidária, como uma vilã sem nomes próprios contra a qual o governo está lutando e que vencerá com a ajuda de todos os cidadãos. Abordam-se os valores da honestidade, da simplicidade, da humildade, da solidariedade, do trabalho conjunto e o desejo de vencer e de construir um país melhor.

No campo oposto, o discurso da oposição procura derrubar cada um dos alicerces de credibilidade, de eficiência e de competência do governo, começando pela identidade de honestidade do Presidente Lula, atacando também sua coragem, força, maturidade e capacidade. Em relação à crise, a oposição joga a

responsabilidade para o Partido dos Trabalhadores e amplia seu campo de abrangência, ressaltando que ela não está apenas na esfera da política, mas que envolve o bolso de cada cidadão. O discurso procura mostrar que os valores de honestidade e de credibilidade não estão sendo respeitados, mas toca mais fortemente nas crenças de que corruptos, no Brasil, ficam impunes; de que políticos no poder mentem; de que, se os amigos e companheiros do Presidente são corruptos, isso revela que o Presidente ou os acoberta ou é também corrupto; de que a incompetência do Partido dos Trabalhadores não tem solução, e ainda procura acender, no público, o desejo por justiça e por mudança para o país. Por outro lado, busca atestar que a oposição não luta em causa própria, mas quer o bem maior, o bem da nação.

Vale ressaltar que o objetivo final de toda essa batalha argumentativa não é apenas conseguir a aderência do público às idéias expressas por meio dos discursos e, em última instância, ao projeto político do orador em questão. Essa é apenas uma etapa para o verdadeiro final do jogo, que é a conquista do poder, ou, numa linguagem mais aproximada do que diz Foucault, para conduzir o poder na direção que interessa, já que o autor considera não ser visível quem detém o poder, mas sim que ele é exercido numa determinada direção, ou na direção de determinados grupos (Cf. Foucault, 2005: 75). No caso específico da batalha política, pode-se dizer que o final de cada jogo é a eleição. Entre cada uma, há um espaço no qual são travados os embates, e nesses embates o discurso entra como uma das jogadas, ou, retomando a Teoria Social do Discurso, o discurso é um dos momentos que compõem a prática política. Há outras, mas os objetivos são os mesmos, e a variação se dá apenas no pólo governo/oposição: variam entre manter a situação como está, fazendo concessões em diversos níveis (e mantendo o

equilíbrio para garantir a hegemonia de quem está no poder), e inverter o quadro que se apresenta, exatamente pela via oposta de quebrar os acordos feitos e desestruturar as alianças que mantêm no poder quem lá está.

Cabe recapitular que o equilíbrio sobre o qual a hegemonia se sustenta é sempre instável, e há, continuamente, relações de força em ação, ou seja, há uma tensão social permanente, em virtude da qual as alianças se formam, ou com o intuito de fortalecer o grupo que está no poder ou com a intenção de estabelecer outra classe no poder. Os antagonismos sociais e, no que diz respeito à política, marcadamente os conflitos de classe, são o estopim que gera, conforme a necessidade de se encontrar soluções e de se buscar entendimentos, as adesões aos grupos, as filiações aos partidos, as uniões em sindicatos, os agrupamentos em torno de idéias e, finalmente, a consagração deste ou daquele candidato nas urnas.

Conforme já foi dito neste trabalho, o PT chegou ao poder também por meio de alianças e também teve de fazer concessões a grupos, a entidades, a partidos que não eram seus afetos ideologicamente. Tudo isso gerou incoerências internas que ficaram visíveis para o público, e a oposição não hesitou: aproveitou imediatamente essa fraqueza, ainda maior em um partido cujo ponto forte sempre foi a bandeira ética e a coerência de idéias, e preparou um ataque muito bem pensado estrategicamente, em sintonia com denúncias cada vez mais graves e com ações do próprio governo – até onde se pode julgar da cadeira de espectadores – muitas vezes precipitadas, desastradas e desastrosas, talvez fruto da inexperiência como governante, diante de uma oposição com experiência de séculos na arte de governar.

Nesse sentido, o discurso do Senador Arthur Virgílio é perfeito como representante do discurso da oposição porque justamente ataca o governo como

aquilo que a oposição efetivamente acha que ele é: inferior. Um governo que vem de baixo, que não tem instrução, que não sabe o que está fazendo (porque nunca fez), que não tem experiência, que tem de passar no teste de governabilidade e não está passando. É claro que, de certa forma, é verdade que todo governo é subalterno de seu povo, deve prestar contas de suas ações à população, e a oposição não só está incluída como povo, mas é seu representante e é legítima para reivindicar; no entanto, a maneira como a oposição se refere ao Presidente como um subordinado incapaz revela enorme desrespeito para com o chefe da nação, o que mostra que, efetivamente, ela o considera inferior. No jogo hegemônico deste país, um trabalhador operário nunca havia, antes, conseguido chegar ao poder e, agora que chegou, a luta é incessante para provar que ele está no lugar errado em função do seu “despreparo” (L. 140 e 142 do discurso do Senador Arthur Virgílio). A oposição quer fazer o público acreditar que a pessoa que ocupa o cargo de chefe da nação é inferior, ou seja, ideologicamente, a oposição procura convencer o eleitor de que quem não tem escolaridade formal, quem não se interessa pelos livros, quem não gosta do mundo acadêmico, quem não frequentou a escola não está preparado para governar. Exclui-se propositalmente qualquer possibilidade de aquisição de cultura, de habilidades e de competências fora do ambiente institucional, fora do modelo dos livros.

No próprio discurso do Presidente da República, a questão da sua capacidade intelectual retorna. Já vimos que um primeiro aspecto divergente se refere ao já comentado *ethos* de inteligência, que é foco do discurso do Senador Arthur Virgílio como construção da identidade do orador, enquanto não faz parte da estratégia de construção identitária do Presidente Lula, e que esse é um dos pontos de ataque da oposição ao Presidente, embora não tenha sido usado nesse discurso

oposicionista em questão. A ausência desse *ethos* de inteligência parece revelar que se trata de um aspecto mental (de não-inteligência) assumido pelo próprio Lula, ou seja, é possível que a questão ideológica que embasa o preconceito contra o trabalho não-intelectual e que nega a idéia de uma inteligência independente da escolaridade formal e do conhecimento livresco seja tão forte que esteja enraizada no próprio Presidente, que, de fato, não procura estabelecer sua identidade calcada na de homem inteligente. No entanto, é possível que, na batalha política pela hegemonia, seja uma guerra difícil de ser travada sem os devidos comprovantes legais e que, por isso, não seja uma frente na qual o governo se esforce em lutar.

Por outro lado, é também possível que a explicação esteja no fato de que o ponto-chave dos discursos do Presidente – inclusive, como já mencionado, no discurso que foi aqui analisado –, seja a identificação com a população mais simples, daí a razão para evitar o léxico mais apurado, para não utilizar estruturas sintáticas muito complexas, para fazer uso de uma abordagem direta, clara, com palavras de significado amplo, nomes gerais que remetem a uma série de imagens mentais, mas que não possuem significados concretos.

Em relação ao partido adversário, o PT, é nítida no discurso em tela a aversão que a oposição tem pelo partido. Além do aspecto da quebra da hegemonia e da luta para recuperá-la, uma vez que o antigo partido de oposição agora está no poder, há que se considerar que o Partido dos Trabalhadores é também um partido antipatizado pelos antigos governantes, pois a oposição feita pelo PT quando o governo era os que agora são oposição era ferrenha, implacável, amudada, diária, e agora os antigos membros da situação se vêem na inesperada posição de poderem revidar, com toda a carga de rancor e de antipatia que foi nutrida por muito tempo. Trata-se de uma oportunidade dupla: revanche e recuperação do poder.

Outro ponto muito importante que convém ressaltar é que, enquanto o texto do Senador Arthur Virgílio coloca o governo em evidência – negativa –, o pronunciamento do Presidente Lula ignora, na medida do possível, a existência de uma oposição, referindo-se a ela apenas em um momento (L. 75), superficialmente, sem demonstrar a ocorrência de choques ou o conhecimento quanto aos ataques que a ele são feitos, apenas para torná-la também responsável pela estabilidade econômica. Cada vez menos é possível desconsiderar a crise, cada vez se revelam mais membros do governo envolvidos nas denúncias, mas o Presidente segue enumerando os êxitos governamentais, e fecha os olhos para a existência dos adversários. Isso tanto pode significar a tática de se mostrar superior a todos os que são vulgares, quanto a de um otimista que não enxerga as coisas ruins, mas é indício de uma atitude autoritária, que se recusa a dialogar com o adversário.

Um governo inexperiente na arte de governar, que não abre mão do que agora conquistou; um Presidente tão amado quanto odiado, nascido pobre, simples, vindo do povo, buscando fortalecer sua identificação com a população e sua imagem de sinceridade e honestidade. Uma oposição inteligente e bem estruturada, experiente, articulada, procurando destruir a crença na capacidade do Presidente de conduzir o país e tentando desfazer sua imagem de homem do povo; um Senador incomparável na oratória, líder da oposição, com a resposta sempre engatilhada, na ponta da língua, em defesa de seu candidato. O enredo está montado, os personagens se preparam, os bastidores se movimentam. As batalhas políticas não param na trama invisível do poder, e os duelos verbais continuam acirrados rumo às próximas eleições.

4 CONCLUSÃO: CONSCIÊNCIA É PODER

Objetivei, neste trabalho, estudar como a argumentação funciona como mecanismo de disputa pelo poder nos discursos políticos. Procedi à análise dos recursos lingüísticos utilizados em um pronunciamento proferido pelo Presidente Lula e em um discurso do Senador Arthur Virgílio, verificando como os elementos foram articulados e que efeitos geraram na estratégia argumentativa de cada um dos textos. O arcabouço teórico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999) orientou o exame do *corpus*.

Registro que o discurso do Senador Arthur Virgílio ofereceu tanta variedade de elementos para o estudo, que foi preciso desistir de algumas linhas de pesquisa em função do tempo, da clareza e da praticidade. Optei por analisar o que era mais expressivo e que mais contribuía para a construção da argumentação central do texto. Certamente outras leituras mostrarão que muita coisa ainda pode ser dita.

Também é importante registrar que, no princípio, o pronunciamento presidencial parecia estéril, sem atributos que chamassem a atenção ou que parecessem ser especialmente significativos, até mesmo pelo fato de ter sido recebido pela mídia como um discurso fraco. A análise mais acurada dos elementos, entretanto, revelou que não era o caso de um discurso mal elaborado. Ao contrário, o texto provou conter todos os recursos necessários para construir uma argumentação coerente no sentido que se pretendia. Apenas, no meu entender, o discurso teria sido mais eficiente se houvesse sido falado diretamente para a população, em vez de ter sido dirigido para os ministros da equipe de governo.

Observo ainda que há plena consciência das limitações deste estudo, tanto em função da exigüidade do tempo quanto devido às insuficiências próprias de quem está muito envolvido no próprio projeto. Logo, outras pesquisas nesse campo serão bem-vindas e trarão outras abordagens do tema.

O resultado da análise do *corpus* evidenciou, em síntese, que os discursos de governo e oposição funcionam como se travassem um diálogo, pois as idéias e imagens que um procura construir, o outro tenta desconstruir, em grande parte das vezes partindo para variações nos recursos utilizados, de modo a fazer sobressair a diferença entre os oponentes.

No caso sob análise, o pronunciamento presidencial apela preponderantemente para o *ethos* de identificação, por meio do vocabulário simplificado, entre outros recursos, enquanto o discurso do Senador procura desfazer tanto o *ethos* de identificação quanto o *ethos* de credibilidade do Presidente, utilizando, entre outros elementos, um léxico apurado.

Essas ações de construção/desconstrução se dão pelo uso e combinação de recursos lingüísticos não necessariamente visíveis para o público, tecendo argumentações tanto expressas, lógicas e racionais, quanto implícitas e de apelo emocional.

Em outros termos, o que é preciso ficar claro é que há jogadas no discurso que estão ali apenas para impressionar. Há palavras que são ditas apenas para permanecer na memória, há outras que são esquecidas propositalmente para que delas não nos lembremos nunca mais. É preciso que haja esforço consciente para enxergar além da beleza, além do estilo, além da simpatia, além da classe, além da elegância. É fundamental enxergar as idéias, compreendê-las, percebê-las

mais adiante, nas suas conseqüências, percebê-las mais atrás, na sua origem. De onde veio, por que foi dito, para onde vai, por que será repetida ou será negada? Nem tudo é feito com má intenção, nem toda política é ardilosa, mas as palavras contam histórias, e precisamos, para ser cidadãos plenos, entender as histórias que elas narram.

Fairclough (1999) alerta para as posições de sujeito nas estruturas sociais. Concluo este trabalho alertando para nossas posições de sujeito no momento em que estamos diante de um discurso político, para que possamos distinguir como estamos sendo considerados na fala do orador, para que sejamos cada vez mais atentos aos papéis sociais que cada partido pretende reproduzir em suas políticas, para que possamos ser menos confundidos, menos desiludidos e mais conscientes como sujeitos da cidadania.

Ligado a isso, ressalto um último ponto da análise efetuada: é importante perceber, tanto no discurso presidencial quanto no de oposição, a intenção de ocultar a guerra que é travada pela manutenção/obtenção do poder. Nos dois pronunciamentos, as razões alegadas são idênticas: o bem do povo, o progresso do Brasil, a felicidade da nação.

Trata-se, nos dois casos, de tentar fazer com que aquele discurso (e todos os daquele teor) seja absorvido pelo público de forma a ser incorporado como verdade. Toda a argumentação utilizada, os jogos de palavras, os recursos lingüísticos e estilísticos procuram seduzir quem ouve para obter sua aprovação e adesão. Mas no fim do páreo, estão os prêmios: a faixa presidencial, os cargos de governadores, os mandatos de deputados e senadores, ministérios, diretorias, presidências, assessorias... Poder.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 7.ed. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2004.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

CAMERON, D. *et al. Researching language: issues of power and method*. Londres e Nova York: Routledge, 1996.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

CRUZ, T. C. S.; LINS, T. B. de A. *Normas para elaboração de monografias*. Brasília: UniCEUB; ICPD, 2005.

CRUZEIRO, M. E. *Processos de intensificação no português dos séculos XIII a XV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *New labour, new language?* Londres e Nova York: Routledge, 2000.

_____. *Language and power*. Londres e Nova York: Longman, 1989.

FAMÍLIA vintém e o programa de garantia de renda mínima, a. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/eduardosuplicy/rendaminima/PGRM/pgrpmportugues02.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2006.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 20.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

GRAMSCI, A. *A Gramsci reader: selected writings – 1916-1935*. Edited by David Forgacs. London: Lawrence and Wishart, 1988.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LEAL, M. C. D. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. *D.E.L.T.A.*, nº 21: Especial, p. 73-92, 2005.

_____. Identidade, reflexividade e resistência. *Crop*, nº 9, p. 249-278, 2003.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise do discurso crítica. *D.E.L.T.A.*, nº 21: Especial, p. 1-9, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et. alli. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 38-46.

MARTINS, N. S. *Introdução à estilística*. 3.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 2003.

PEDRO, E. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. (Org.) *Análise do discurso crítica*. Lisboa: Caminho Editorial, 1997.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RETROSPECTIVA histórica da renda mínima. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/eduardosuplicy/rendaminima/PGRM/pgrmportugues07.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2006.

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. 6.ed. Belo Horizonte: Interlivros. 1979.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21.ed.rev.amp. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SHAW, H. *Dicionário de termos literários*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.